

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	5
1.5 Principais clientes	6
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	7
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	9
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	10
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	11
1.10 Informações de sociedade de economia mista	18
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	19
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	20
1.13 Acordos de acionistas	21
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	22
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	23
1.16 Outras informações relevantes	24
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	25
2.2 Resultados operacional e financeiro	39
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	44
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	45
2.5 Medições não contábeis	46
2.6 Eventos subsequentes as DFs	47
2.7 Destinação de resultados	48
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	49
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	50
2.10 Planos de negócios	51
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	52
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	53
3.2 Acompanhamento das projeções	54

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	55
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	59
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	60
4.4 Processos não sigilosos relevantes	61
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	62
4.6 Processos sigilosos relevantes	63
4.7 Outras contingências relevantes	64
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	65
5.2 Descrição dos controles internos	72
5.3 Programa de integridade	74
5.4 Alterações significativas	78
5.5 Outras informações relevantes	79
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	80
6.3 Distribuição de capital	94
6.4 Participação em sociedades	95
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	96
6.6 Outras informações relevantes	97
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	98
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	102
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	103
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	104
7.4 Composição dos comitês	118
7.5 Relações familiares	140
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	141
7.7 Acordos/seguros de administradores	162
7.8 Outras informações relevantes	163
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	164

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	170
8.3 Remuneração variável	174
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	175
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	176
8.6 Outorga de opções de compra de ações	177
8.7 Opções em aberto	178
8.8 Opções exercidas e ações entregues	179
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	180
8.10 Outorga de ações	181
8.11 Ações entregues	182
8.12 Precificação das ações/opções	183
8.13 Participações detidas por órgão	184
8.14 Planos de previdência	185
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	186
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	187
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	188
8.18 Remuneração - Outras funções	189
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	190
8.20 Outras informações relevantes	192
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	193
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	194
9.4 Outras informações relevantes	195
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	196
10.1 Descrição dos recursos humanos	197
10.2 Alterações relevantes	200
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	201
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	202
10.5 Outras informações relevantes	203
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	204

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	206
11.2.1 Itens 'n.' e 'o.'	212
11.3 Outras informações relevantes	213
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	214
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	216
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	217
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	218
12.5 Mercados de negociação no Brasil	219
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	220
12.7 Títulos emitidos no exterior	221
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	222
12.9 Outras informações relevantes	223
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	224
13.1 Declaração do diretor presidente	225
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	226
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	227

1.1 Histórico do emissor

A Transamérica Sociedade Anônima – Investimentos e Financiamentos, foi fundada em 1954 em Belo Horizonte – MG. Em março de 1963 passou a denominar-se Transamérica S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos. Em agosto de 1968 mudou sua sede social para São Paulo - SP. Em março de 1969 passou a denominar-se Companhia Real de Investimento S.A. – CFI.

Em novembro de 1998, com a venda do Banco Real S.A., deixou de fazer parte do Conglomerado Financeiro Real. Em março de 1999, passou a denominar-se Financeira Alfa S.A. – CFI, sendo uma das empresas que fazem parte do Conglomerado Financeiro Alfa.

O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. (“Companhia”), a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- C.F.I. são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

Em 23 de novembro de 2022 foi comunicada aos acionistas e ao mercado, através de fato relevante, a celebração do contrato de compra e venda de ações entre a Administradora Fortaleza (AFL) e o Banco Safra (Safra), para a alienação da totalidade das participações societárias diretamente detidas pela AFL, representativas do controle do Conglomerado Financeiro Alfa, que inclui 975 (novecentas e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 0,002% do capital votante, e de 825 (oitocentas e vinte e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, representativas de 0,002% das ações preferenciais de emissão da Companhia, perfazendo, em conjunto, 0,002% do capital social total da Companhia.

Nos termos do Contrato: (i) o fechamento da Operação está sujeito, dentre outras condições usuais a contratos dessa natureza, à aprovação prévia do Banco Central do Brasil – BACEN, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; e (ii) nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., o Comprador se obrigou a fazer oferta pública para aquisição de ações (OPA) do Banco Alfa de Investimento, da Financeira, do Consórcio Alfa e da Alfa Holdings, bem como a

1.1 Histórico do emissor

protocolizar na CVM os respectivos pedidos de registro das OPAs em até 30 (trinta) dias contados da data de fechamento da Operação.

Na data de emissão desse Formulário de Referência, encontra-se pendente apenas a aprovação prévia do BACEN, tendo já sido obtida as aprovações do CADE e da SUSEP.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O Emissor tem por objeto a prática de todas as operações de crédito, financiamento e investimentos permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis à espécie.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Nos anos 2020, 2021 e 2022 as atividades do Emissor foram direcionadas substancialmente para o segmento de crédito de varejo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os produtos e serviços do Emissor encontram-se direcionadas substancialmente para o segmento de crédito de varejo. Os produtos e serviços são distribuídos através das suas mesas de operações, pontos de venda e filiais instalados nos maiores centros urbanos do país.

Não há sazonalidades nos produtos e serviços oferecidos pelo Emissor. Entretanto, por tratar-se de atividade regulamentada pelo Banco Central do Brasil, os produtos e serviços oferecidos podem sofrer os efeitos das normas editadas por aquela autoridade monetária.

1.5 Principais clientes

Nos anos 2020, 2021 e 2022 não existiam clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida do Emissor.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Autorização para funcionamento

O Emissor possui autorização do Banco Central do Brasil – BACEN para o exercício de suas atividades. Referida autorização foi concedida ao Emissor, por meio da Carta de Autorização nº. 40, expedida pela Superintendência da Moeda e do Crédito, atualmente Banco Central do Brasil, em 4 de março de 1955, quando ainda era denominada Transamérica Sociedade Anônima – Investimento e Financiamentos. O Emissor, cumprindo as regras do BACEN, anualmente, encaminha a este órgão informações acerca de suas atividades.

Ademais, o Emissor é registrado nesta Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde 20/07/1977 (código CVM nº. 3891), como companhia aberta. Em nome do Emissor também consta na CVM o cadastro como instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN.

Legislação ambiental

O Emissor tem conhecimento da legislação ambiental vigente, em especial, o disposto no art. 225 da Constituição Federal que classifica o meio ambiente como bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O Emissor está ciente de que a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) cível; (ii) administrativa; e (iii) criminal; sendo certo que as três esferas de responsabilidade mencionadas são “diversas e independentes”, com aplicação de três tipos diversos de sanções. Vale ressaltar que a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Portanto, o Emissor preocupa-se em desenvolver sua atividade respeitando as regras ambientais vigentes, uma vez que o seu descumprimento pode acarretar, inclusive, a responsabilidade penal dos seus diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários, se estes vierem a concorrer para a prática de crimes ambientais atribuídos ao Emissor. Ademais, a legislação ambiental prevê, ainda, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica do emissor, ou seja, atingir bens dos sócios e administradores quando se verificar a existência de infração ao estatuto social ou fraude na administração do emissor com o objetivo de impor obstáculos ao resarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Não obstante a preocupação do Emissor em cumprir rigorosamente as regras referentes à legislação ambiental vigente, não há uma política ambiental específica, tendo em vista que a atividade por ela exercida é administrativa, desenvolvida em escritórios, o que não gera impactos negativos ao meio ambiente. Assim, não há impacto direto relevante no meio-ambiente resultado da atividade exercida pelo Emissor. Por outro lado, na qualidade de instituição financeira, o Emissor procura certificar-se de que seus clientes tomadores de recursos tenham obtido as necessárias licenças ambientais para o exercício de suas atividades financiadas. Não há meios de se mensurar com precisão os custos para o cumprimento específico da regulação ambiental.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Patentes

Não há efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do Emissor no que concerne à dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties, tendo em vista seu objeto social.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Todas as receitas relevantes obtidas pelo Emissor nos anos 2020, 2021 e 2022 são originárias do Brasil.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

O Emissor não está sujeito à regulação de outros países.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- (a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.**

Sim, as informações ASG são divulgadas anualmente no Relatório de Sustentabilidade disponível em:

<https://bancoalfa.com.br/default.ashx>

- (b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

O documento é elaborado em conformidade com as normas da versão standards da Global Reporting Initiative (GRI)

- (c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

O relatório não é auditado ou revisado por entidade independente.

- (d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado.**

<https://bancoalfa.com.br/default.ashx>

- (e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

Sim, o relatório divulga a matriz de materialidade bem como os indicadores- chave.

Seguem:

Lista de temas materiais

Tema	Indicadores GRI	ODS relacionados
1. Inovação e Tecnologia Investimento em inovação que possibilite a capacidade de adaptação a novos cenários, tendências de mercado, atualização dos sistemas tecnológicos utilizados, envolvendo processos, produtos e serviços.	102-12, 102-15, 102-16, 102-17, 102-22 203-1, 203-2	 

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

		
2. Ética, Integridade e Compliance Transparéncia contábil, conformidade com normas, leis e práticas anticorrupção, promoção do código de conduta e dos atributos de ética nos processos organizacionais e combate a práticas anticompetitivas e ao suborno.	102-16, 102-17, 102-18, 102-38 205-1, 205-2, 205-3 206-1 207-1, 207-2 406-1	
3. Privacidade e Segurança de Dados Gestão segura da coleta, retenção e uso de dados sensíveis e confidenciais, garantindo a segurança cibernética e a privacidade no uso das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	418-1	 
4. Saúde e Bem-estar Garantia do bem-estar e da saúde do trabalhador através da gestão do ambiente organizacional, prezando pela saúde mental, física e segurança dos colaboradores e de suas famílias.	201-3 401-2, 401-3, 402-1 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9	
5. Atração, Desenvolvimento e Retenção de Colaboradores Atração e retenção de talentos, estruturação de planos de carreira, reconhecimento, remuneração, benefícios, engajamento e estratégias de capacitação de colaboradores, buscando a redução na rotatividade de funcionários (<i>turnover</i>).	102-35, 102-36, 102-37, 102-39 401-1, 401-2, 401-3 402-1 404-1, 404-2, 404-3	

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

	405-1, 405-2	
6. Respeito aos Direitos Humanos Garantia de processos internos que inibam a tratem casos de violação aos direitos humanos nas operações e investimentos.	102-41 403-1, 403-3, 403-6, 403-8 407-1, 408-1 409-1, 410-1, 411-1 412-1, 412-2, 412-3	 
7. Responsabilidade Socioambiental Promoção do impacto positivo no ambiente e nas comunidades do entorno por meio de investimento responsável, filantropia e cidadania corporativa.	102-12 201-1 203-2 413-1, 413-2	
8. Diversidade e Inclusão Garantia de equidade e promoção da inclusão em termos de cor/raça, gênero, idade, origem regional, PCDs, raça e sexualidade, além de assegurar o respeito à pluralidade de opiniões.	405-1;405-2;406-1	  
9. Educação Financeira Democratizar o acesso a informações sobre o mercado financeiro, de modo a aumentar a autonomia e liberdade de escolha de clientes e sociedade, auxiliando na tomada de decisão consciente e melhorando a segurança financeira.	FS16	 
10. Gestão de Riscos Garantia de procedimentos, métricas e normas que garantam que os riscos (estratégico, operacional de mercado,	201-2;207-1;207-2	

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

crédito e liquidez) estão sendo bem avaliados e monitorados.		
11. Análise ESG para Produtos e Serviços Investimentos, créditos e seguros, que consideram riscos e critérios socioambientais ou que buscam oportunidades para gerar impacto social ou ambiental positivos.	201-2	
12. Estratégia Climática Identificação e gestão dos riscos e oportunidades ligados à mudança do clima que podem impactar o modelo de negócios, incluindo compromissos, metas e governança climática.	201-2; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4	

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Sim, o relatório considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os seguintes foram considerados:

Lista de temas materiais

Tema	Indicadores GRI	ODS relacionados
1. Inovação e Tecnologia Investimento em inovação que possibilite a capacidade de adaptação a novos cenários, tendências de mercado, atualização dos sistemas tecnológicos utilizados, envolvendo processos, produtos e serviços.	102-12, 102-15, 102-16, 102-17, 102-22 203-1, 203-2	  
2. Ética, Integridade e Compliance Transparéncia contábil, conformidade com normas, leis e práticas anticorrupção, promoção do código de	102-16, 102-17, 102-18, 102-38 205-1, 205-2, 205-3	

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

<p>conduta e dos atributos de ética nos processos organizacionais e combate a práticas anticompetitivas e ao suborno.</p>	<p>206-1 207-1, 207-2 406-1</p>	
<p>3. Privacidade e Segurança de Dados Gestão segura da coleta, retenção e uso de dados sensíveis e confidenciais, garantindo a segurança cibernética e a privacidade no uso das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).</p>	<p>418-1</p>	 
<p>4. Saúde e Bem-estar Garantia do bem-estar e da saúde do trabalhador através da gestão do ambiente organizacional, prezando pela saúde mental, física e segurança dos colaboradores e de suas famílias.</p>	<p>201-3 401-2, 401-3, 402-1 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9</p>	
<p>5. Atração, Desenvolvimento e Retenção de Colaboradores Atração e retenção de talentos, estruturação de planos de carreira, reconhecimento, remuneração, benefícios, engajamento e estratégias de capacitação de colaboradores, buscando a redução na rotatividade de funcionários (<i>turnover</i>).</p>	<p>102-35, 102-36, 102-37, 102-39 401-1, 401-2, 401-3 402-1 404-1, 404-2, 404-3 405-1, 405-2</p>	 
<p>6. Respeito aos Direitos Humanos Garantia de processos internos que inibam a tratem casos de violação aos direitos humanos nas operações e investimentos.</p>	<p>102-41 403-1, 403-3, 403-6, 403-8 407-1, 408-1 409-1, 410-1, 411-1 412-1, 412-2, 412-3</p>	 
<p>7. Responsabilidade Socioambiental Promoção do impacto positivo no ambiente e nas comunidades do</p>	<p>102-12 201-1</p>	

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

entorno por meio de investimento responsável, filantropia e cidadania corporativa.	203-2 413-1, 413-2	
8. Diversidade e Inclusão Garantia de equidade e promoção da inclusão em termos de cor/raça, gênero, idade, origem regional, PCDs, raça e sexualidade, além de assegurar o respeito à pluralidade de opiniões.	405-1;405-2;406-1	
9. Educação Financeira Democratizar o acesso a informações sobre o mercado financeiro, de modo a aumentar a autonomia e liberdade de escolha de clientes e sociedade, auxiliando na tomada de decisão consciente e melhorando a segurança financeira.	FS16	
10. Gestão de Riscos Garantia de procedimentos, métricas e normas que garantam que os riscos (estratégico, operacional de mercado, crédito e liquidez) estão sendo bem avaliados e monitorados.	201-2;207-1;207-2	
11. Análise ESG para Produtos e Serviços Investimentos, créditos e seguros, que consideram riscos e critérios socioambientais ou que buscam oportunidades para gerar impacto social ou ambiental positivos.	201-2	
12. Estratégia Climática Identificação e gestão dos riscos e oportunidades ligados à mudança do clima que podem impactar o modelo de negócios, incluindo compromissos, metas e governança climática.	201-2; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4	

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O documento não segue as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD), contudo os critérios da *Global Report Initiative* (GRI) tem um alinhamento importante com as recomendações da TCFD.

(h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Sim, o inventário de emissão de gases de efeito estufa é realizado anualmente e os resultados encontram-se no Relatório de Sustentabilidade publicado no site:

<https://bancoalfa.com.br/default.ashx>

São apuradas as emissões de escopo 1, escopo 2 e parcialmente do escopo 3.

(i). explicaçao do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, o Conglomerado Alfa faz a divulgação de informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, o Conglomerado Alfa adota a matriz de materialidade.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, o Conglomerado Alfa adota indicadores-chave de desempenho ASG

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A apresentação das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade seguiu o framework da GRI e não possui o objetivo de garantir cumprimento de normas e leis.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, o Conglomerado Alfa adota as recomendações relacionadas a questões climáticas, através do framework do GRI que está alinhado com o TCFD, nas informações ASG divulgadas.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

O Emissor não é Sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

A Administradora Fortaleza S.A., acionista controladora indireta do Emissor, assinou com o Banco Safra S.A. um contrato de compra e venda das ações de sua titularidade nas sociedades integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, do qual o Emissor é parte integrante. A aquisição das ações pelo Banco Safra ainda não foi efetivada, estando sujeita a determinadas condições, incluindo a aprovação pelo Banco Central do Brasil.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Na Assembleia Extraordinária realizada em 30.03.2023 foi deliberado o aumento do capital social do Emissor em R\$12.539.000,00, elevando-o de R\$517.001.000,00 para R\$529.540.000,00, mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros – Reserva para Aumento de Capital", sem emissão de novas ações. O referido aumento pode ser verificado na ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30.03.2023.

1.13 Acordos de acionistas

Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não existe acordo de acionistas arquivado na sede do Emissor.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios do Emissor nos anos 2020, 2021 e 2022.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

O Emissor não possui contratos relevantes celebrados nos anos 2020, 2021 e 2022, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes do Emissor.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) Condições financeiro-patrimoniais

2022

Os três principais temas que dominaram os noticiários internacionais nos primeiros seis meses de 2022 continuaram os mesmos na segunda metade do ano: a guerra russo-ucraniana, a política de tolerância zero com a Covid-19 na China e o processo de aperto monetário nos Estados Unidos e na Zona do Euro. Apesar da temática ser praticamente a mesma, pode-se dizer que ocorreram desdobramentos em todos os tópicos supracitados.

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia no início de 2022 chocou o mundo e o velho continente – que se viu, novamente, assombrado pelo espectro da guerra. Como retaliação aos embargos impostos pelo Ocidente, o governo russo reduziu sua oferta de commodities energéticas no mercado internacional, o que acarretou uma escalada da inflação nas principais economias do mundo, por meio de um choque de oferta. A despeito de um cenário de ainda muita incerteza, parece que o conflito encontrou um certo “equilíbrio instável”, por assim dizer, no segundo semestre de 2022. Essa ausência de novos desdobramentos na guerra, alinhada às medidas tomadas pelos países ocidentais para reduzir a dependência das exportações russas, contribuiu para uma queda nos preços do petróleo e do gás natural – que já se encontram, inclusive, em patamares similares aos observados no pré-guerra.

A política de tolerância zero com a Covid-19 na China também favoreceu uma escalada no nível de preços ao redor do mundo, na medida em que a imposição de lockdowns mandatórios afetou severamente o funcionamento de fábricas e de transportes chineses – com consequências diretas sobre o comportamento das cadeias de suprimento globais. No entanto, após muita pressão popular, ao final do segundo semestre de 2022, o governo chinês optou por arrefecer as restrições ligadas à Covid-19. Tal medida deve contribuir tanto para uma recuperação da atividade econômica na China quanto para uma menor pressão inflacionária mundial; mas, ao mesmo tempo, levanta dúvidas sobre a sustentabilidade, do ponto de vista da saúde pública, de uma reabertura completa da economia chinesa. Ademais, é importante salientar que, no médio prazo, os problemas com o setor imobiliário chinês – vide o alto nível de alavancagem das empresas e a queda nos preços dos imóveis – devem continuar no radar. Para o longo prazo, certamente a disputa com os Estados Unidos pela hegemonia política e econômica global – uma questão que perpassa pelas recentes discussões acerca do território de Taiwan – é de suma importância.

O processo de ajuste monetário por parte dos bancos centrais norte-americano e europeu atingiu um estágio bem mais avançado no segundo semestre de 2022. A inflação parece ter alcançado seu pico nessas economias, porém ela ainda se encontra absolutamente descolada das respectivas metas. No caso dos Estados Unidos, continuaram as divergências entre os analistas do mercado: uma parcela vê espaço para cortes na taxa de juros básica norte-americana já na segunda metade de 2023, enquanto a outra deseja observar uma convergência mais acentuada da inflação para a meta antes de iniciar o processo de afrouxamento monetário. Independentemente do que efetivamente venha a acontecer, é praticamente consenso que esse aperto monetário síncrono contribuirá para uma desaceleração econômica em 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em suma, o segundo semestre de 2022 foi marcado tanto por notícias positivas quanto negativas vindas do cenário externo. De um lado, a queda no preço das commodities energéticas e a descompressão das cadeias de suprimento globais contribuíram para uma melhora na dinâmica inflacionária mundial na reta final do ano passado. Do outro, os efeitos adversos da política monetária contracionista sincronizada são perceptíveis nos dados de atividade econômica europeus e norte-americanos. No geral, a perspectiva de desaceleração econômica e juros mais altos nas economias desenvolvidas tende a desencorajar o apetite por risco dos investidores, mas o Brasil ainda continua sendo uma boa opção nesse contexto internacional conturbado, a depender do cenário político local.

No Brasil, a transição do primeiro para o segundo semestre foi marcada pela continuidade de medidas de transferência de renda e controle de preços administrados. Citamos a aprovação da Lei Complementar 194 – que limitou a cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações – e da PEC nº 15 (“PEC dos Auxílios”) – que elevou o valor do Auxílio Brasil em 50% e criou benefícios para caminhoneiros e taxistas. Nesse contexto, as expectativas para inflação e crescimento em 2022 foram sendo sistematicamente revistas para baixo e para cima, respectivamente, ao longo do segundo semestre. De fato, o Brasil fechou o ano passado com uma inflação de 5,79% a.a. (acima do teto da meta de inflação) e o PIB deve apresentar crescimento próximo de 3,0%.

Apesar da melhora da perspectiva econômica, os ativos brasileiros não performaram tão bem quanto poderiam no segundo do semestre, principalmente devido às discussões de caráter político. A grande polarização das eleições presidenciais de 2022 e as promessas de campanha de ambos os concorrentes contribuíram para a materialização de um ambiente econômico e político com muitas incertezas. Ademais, as sinalizações – no mínimo, questionáveis – dadas pelo novo presidente eleito sobre o futuro dos gastos públicos e da nova âncora fiscal foram muito mal-recebidas pelo mercado. Formou-se, portanto, um ambiente de muita volatilidade na segunda metade do ano, que prejudicou a performance dos ativos brasileiros. Não obstante, em 2022, o Ibovespa subiu 4,7% e o real valorizou aproximadamente 5% frente ao dólar – um desempenho razoável, considerando a queda de 19,5% do S&P 500 e a alta de 8% do DXY¹.

Apesar das incertezas de caráter político e a continuidade do ambiente polarizado – vide a invasão da Praça dos Três Poderes em 08/01/2023 –, o Brasil permanece bem-positionado no cenário internacional em 2023. A taxa de juros real em território altamente contracionista contribui para uma inflação em tendência de queda e para a entrada de investimentos estrangeiros. Ademais, as contas públicas estão relativamente em ordem² e não se discute recessão no Brasil, como ocorre em outros países. No entanto, existem ainda muitas incertezas: os gastos públicos mais altos, o futuro do arcabouço fiscal, a possível alteração de reformas estruturais e a polarização observada na Sociedade brasileira até então.

É esperado que a volatilidade observada no final do segundo semestre de 2022 continue ao longo da primeira metade de 2023 – pelo menos nos primeiros meses, até ocorrer uma definição mais clara dos temas de caráter sensível supracitados. O cenário externo

¹ O DXY é um índice que mede o valor do dólar americano frente a uma cesta de seis moedas fortes: euro, libra, iene, coroa sueca, franco suíço e dólar canadense.

² O Governo Central deve apresentar em 2022 o primeiro superávit primário desde 2014 e a Dívida Bruta do Governo Geral deve terminar o ano em valor inferior ao observado no início de 2019.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

deve permanecer desafiador, com a continuidade da luta contra a inflação das economias desenvolvidas e a desaceleração econômica global iminente. Isso pode ser bom ou ruim para o Brasil, a depender das políticas econômicas, sociais e ambientais que forem sinalizadas e implementadas.

A seguir relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações do Emissor:

I Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Contábeis Definidos pelo Banco Central do Brasil

O lucro líquido foi de R\$ 46,0 milhões, correspondente a R\$ 447,82 por lote de mil ações, e à rentabilidade anualizada de 4,43% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais inicial foi de 0,46%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito individual, incluindo empréstimos e financiamentos, foi de R\$ 6.199,9 milhões e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$ 4.316,8 milhões. O saldo individual de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 85,9 milhões, enquanto o total de recursos captados pelo Emissor (individual) alcançou R\$ 9.640,9 milhões, a saber:

- R\$ 9.638,4 milhões em depósitos interfinanceiros;
- R\$ 2,5 milhões em recursos do FINAME e BNDES.

II Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Internacionais (IFRS)

Informamos a seguir os detalhes das demonstrações financeiras consolidadas do Emissor elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade:

O lucro líquido foi de R\$ 39,0 milhões, correspondente a R\$ 360,95 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 397,04 por lote de mil ações preferenciais, e à rentabilidade anualizada de 3,67% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais inicial foi de 0,35%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo operações de crédito e adiantamentos a clientes, foi de R\$ 7.315,5 e adiantamentos a instituições financeiras, foi de R\$ 5.688,1 milhões. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 71,6 milhões enquanto o total de recursos captados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 12.029,6 milhões, a saber:

- R\$ 11.934,7 milhões em depósitos interfinanceiros;
- R\$ 92,4 milhões em depósito à vista;
- R\$ 2,5 milhões em recursos do FINAME e BNDES.

2021

O ano de 2022 começa com a esperança de que a variante Ômicron seja a transição necessária para que a Covid-19 deixe de ser uma doença pandêmica e passe a ser endêmica, como as outras formas de gripe conhecidas. Entretanto, a despeito dessa perspectiva otimista, o ano reserva outros desafios externos e internos que devem fazer com que a volatilidade seja a tônica dos próximos meses.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No cenário externo, o principal evento será o processo de elevação dos juros nos EUA. A última vez que isso aconteceu foi em dezembro de 2015 quando a inflação corrente acumulada em 12 meses estava em apenas 0,23%. Ou seja, o FED estava claramente se antecipando a uma possível pressão inflacionária. Dessa vez fechamos 2021 com o Índice de Preços ao Consumidor (CPI na sigla em inglês) em 7,00%, indicando que, dessa vez, o BC americano terá que desinflacionar a economia, o que é bem diferente. Por isso, a projeção do mercado de que os juros americanos irão a trajetória de 6 anos atrás, saindo do mesmo intervalo entre 0,00% e 0,25% e passando para 2,50% ao final do ciclo, nos parece muito otimista. Esse sem dúvida é o maior risco que teremos nos mercados em 2022, uma revisão abrupta da trajetória de juros nos EUA. A boa notícia é que o FED tem tido sucesso em comunicar com antecedência as mudanças de rumo na sua política monetária sem causar grandes abalos nos preços dos ativos financeiros. Basta observar que a expectativa dos mercados em junho de 2021 era de que a primeira alta dos juros ocorreria apenas em 2023, agora já especificam quatro altas em 2022 e não houve nenhuma ruptura nos ativos.

O crescimento da China será outro fator a ser acompanhado atentamente. Os recentes problemas no setor imobiliário chinês não devem causar uma crise financeira como vimos nos EUA em 2008, mas certamente causarão uma importante desaceleração em um setor que representa quase 25% do PIB. Portanto, a forma como a China vai lidar com esse problema poderá influenciar os preços dos ativos ao redor do mundo, principalmente aqueles ligados ao setor de commodities.

Portanto, o cenário externo deverá ser menos favorável em 2022 para ativos mais arriscados em geral e para os brasileiros em particular do que foi em 2020 e 2021.

As eleições presidenciais de outubro deverão dominar o cenário interno a partir do 2º trimestre do ano e os mercados deverão repercutir, principalmente, os impactos fiscais das agendas dos candidatos. Quanto mais incertezas geradas sobre o futuro do arcabouço fiscal, mais volatilidade no câmbio, mais pressão sobre a inflação, juros mais altos e menos crescimento. A nossa expectativa para o comportamento do real frente ao dólar no Brasil é que ele acompanhe o calendário eleitoral, ficando mais pressionando entre o 2º e o 3º trimestres, quando poderá chegar a níveis ao redor de R\$/USD 6,00, com algum alívio no último quarto do ano, fechando o 2022 próximo de R\$/USD 5,70.

O Brasil fechou 2021 com um surpreendente superávit primário de 0,15% do PIB e com uma dívida bruta de 81,1% do PIB, elevada para os padrões de um país emergente, mas bem melhor do que se esperava no início do ano. Entretanto, ao longo de 2021, várias medidas de enfraquecimento do arcabouço fiscal brasileiro foram tomadas, com destaque para a revisão da fórmula de cálculo do Teto dos Gastos. Esses movimentos aumentaram os questionamentos a respeito da trajetória futura da política fiscal, pressionando o Banco Central do Brasil (BCB) a subir mais os juros com o aumento do prêmio de risco nos ativos brasileiros. A nossa expectativa é que as taxas alcancem 11,50% a.a. na reunião de março, ficando nesse patamar até o final do ano, nível que deverá levar o PIB brasileiro a crescer algo ao redor de 0,3%, após 4,5% de alta em 2021. Mesmo com essa expressiva desaceleração da atividade econômica, a inflação não deverá convergir para a meta em 2022, com a nossa projeção de 5,00% para o IPCA no ano estando no seu limite superior do intervalo de tolerância (meta de 3,5% com um intervalo de tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A conclusão é que 2022 será um ano em que a volatilidade será a tônica dos mercados, principalmente por causa das dúvidas em relação à política monetária nos EUA. No Brasil, às incertezas externas, podemos acrescentar aquelas inerentes a uma eleição presidencial muito polarizada onde os temas econômicos serão os destaques da campanha.

I Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Contábeis Definidos pelo Banco Central do Brasil

O lucro líquido foi de R\$ 76,1 milhões, correspondente a R\$ 740,94 por lote de mil ações, e à rentabilidade anualizada de 7,75% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais inicial foi de 1,32%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo empréstimos e financiamentos, foi de R\$ 6.793,1 milhões e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$ 3.996,9. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 90,8 milhões, enquanto o total de recursos captados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 9.692,9 milhões, a saber:

- R\$ 9.604,6 milhões em depósitos interfinanceiros;
- R\$ 83,4 milhões em depósito à vista;
- R\$ 4,9 milhões em recursos do FINAME e BNDES.

II Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Internacionais (IFRS)

Informamos a seguir os detalhes das demonstrações financeiras consolidadas do Emissor elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade:

O lucro líquido foi de R\$ 79,3 milhões, correspondente a R\$ 740,95 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 815,05 por lote de mil ações preferenciais, e à rentabilidade anualizada de 7,89% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais inicial foi de 0,85%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo operações de crédito e adiantamentos a clientes, foi de R\$ 6.757,1 e adiantamentos a instituições financeiras, foi de R\$ 4.010,5 milhões. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 55,8 milhões enquanto o total de recursos captados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 9.692,9 milhões, a saber:

- R\$ 9.604,6 milhões em depósitos interfinanceiros;
- R\$ 83,4 milhões em depósito à vista;
- R\$ 4,9 milhões em recursos do FINAME e BNDES.

2020

Após mais um ano de frustração com o desempenho da economia brasileira em 2019 (crescimento de 1,4%, após o dado ser revisado de 1,1%), as perspectivas para o início de 2020 eram, novamente, favoráveis.

Internamente, havíamos aprovado a Reforma da Previdência, o que tirava da frente o risco de uma iminente derrocada fiscal e abria espaço para a discussão de outras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

reformas estruturantes, como a tributária e a administrativa. Os juros básicos da economia estavam em 4,5% a.a., o nível mais baixo na história, o ano começava com a taxa de desemprego em 11,2%, o seu patamar mais baixo desde 2016 e a confiança do empresariado, segundo a FGV, chegava ao seu nível mais alto desde fevereiro de 2014.

No cenário externo, apesar de haver no horizonte riscos com a eleição americana, as perspectivas também pareciam positivas. Após um ano bastante turbulento, as relações entre China e EUA deveriam passar por um período de estabilidade, uma vez que se esperava que durante a campanha eleitoral houvesse menos espaço para ruídos nas relações entre os dois países. Além disso, o Banco Central Europeu (BCE) mantinha as suas taxas de juros básicas negativas desde 2018, enquanto o BC americano (FED) havia iniciado um processo de afrouxamento monetário em julho de 2020 que reduziu os juros básicos de 2,50% para 1,75%. Por tudo isso, as projeções para o crescimento mundial para 2020 eram bastante positivas. Segundo as projeções do *World Economic Outlook (WEO)* do FMI de janeiro de 2020, as expectativas eram de um crescimento de 3,3%, após uma alta de 2,9% em 2019.

Com a perspectiva externa favorável e um cenário interno mais desanuviado, as perspectivas para a economia brasileira em 2020 pareciam promissoras. Segundo o mesmo WEO, o Brasil deveria crescer 2,2%, o dobro do ano anterior, muito próximo dos 2,3% que o boletim FOCUS do Banco Central (BCB) previa ao final de 2019. No que tange à inflação, o mesmo documento previa uma alta de 3,6%, confortavelmente abaixo da meta de 4,0% para o ano, o que abria espaço para que a SELIC fechasse 2020 estável com relação ao final de 2019, da mesma forma que o dólar, que chegaria ao final do ano em R\$ 4,09, contra R\$ 4,02 do final de 2019. Entretanto, no meio do caminho surgiu um vírus e todas essas previsões favoráveis se tornaram obsoletas rapidamente, com o mundo entrando em um túnel de incertezas do qual ainda não saiu.

Pegando o índice S&P da bolsa americana como um exemplo de como as coisas se deterioraram rapidamente no 1º trimestre de 2020, basta observar que, até o dia 21 de fevereiro, ele apresentava alta de 3,30%, indo para o negativo após cair 3,36% no dia 24 de fevereiro e atingindo o seu mínimo do ano no dia 23 de março, com queda de acumulada de 30,74% em relação ao nível em que estava ao final de 2019. Comportamento semelhante teve a bolsa local, com o Ibovespa também atingindo o seu nível mais baixo no dia 23 de março, com queda acumulada de 45% no ano.

O movimento de aversão ao risco, que veio junto com essa queda das bolsas, levou o dólar a se valorizar fortemente frente ao real, chegando a R\$ 5,14 também no dia 23 de março, desvalorização de 28% comparado com o fechamento de 2019, maior patamar até então no ano, resultado da saída acumulada de quase USD 70 bilhões, apenas da bolsa, no 1º trimestre do ano.

Todo esse desarranjo financeiro foi consequência da evolução de notícias que levaram a Covid-19, de uma suposta gripe descoberta na província de Wuhan na China, à maior pandemia vista pelo mundo nos últimos 100 anos. As medidas de isolamento social tomadas ao redor do planeta, na tentativa de frear a contaminação pelo vírus, causaram uma contração sincronizada do crescimento mundial que não era vista desde a crise financeira de 2008. O mesmo WEO do FMI, que previa em janeiro que o mundo cresceria 3,3% em 2020, na sua revisão de abril já tinha “virado” a projeção para uma queda de 3,0% e, na de junho, revisado para uma recessão de 4,9%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Obviamente que o Brasil não passou incólume por esse movimento global de fechamento das economias. As projeções do FMI para a economia brasileira chegaram a prever uma queda de 5,3% no WEO de abril e de 9,1% no de junho, reflexo da contração de 1,6% do PIB brasileiro no 1º trimestre e dos números setoriais nada favoráveis. A produção industrial medida pela PIM (Pesquisa Industrial Mensal), caiu 9,41% em março, com relação ao mês anterior e 19,52% em abril, na mesma base de comparação. O mesmo desempenho pôde ser visto no comércio, com a PMCA (Pesquisa Mensal do Comércio Ampliado) com retração de 14,20% e 17,86%, respectivamente, e com os serviços, onde a PMS (Pesquisa Mensal dos Serviços) apresentou queda 6,79% e 11,81%, também respectivamente.

A recuperação a partir de maio veio na esteira do pacote fiscal, notadamente do Auxílio Emergencial, implementado pelo Governo Federal, que injetou mais de 8% do PIB na economia brasileira. Com isso, após as quedas vistas acima, os índices supracitados acumularam altas expressivas entre maio e novembro (último dado disponível): PIM (40,75%), PMCA (49,28%) e PMS (17,73%), ocasionando uma sensível melhora nas expectativas de queda do PIB, com o último WEO do FMI passando a projetar uma contração do PIB brasileiro de “apenas” 4,5%.

Entretanto, a contrapartida de uma recuperação mais rápida veio na piora expressiva dos resultados fiscais. Após fechar 2019 com um déficit primário de 0,84% do PIB, o Governo Brasileiro apresentou um resultado acumulado em 2020 até novembro (último dado disponível) de 9,58% do PIB, com os gastos passando de R\$ 1,44 trilhão para R\$ 2,00 trilhões, levando a dívida bruta brasileira a passar de 74,3% do PIB para 88,1% do PIB, no mesmo período.

A despeito da desvalorização expressiva do real, o que prevaleceu no início da pandemia foi a queda abrupta da atividade, jogando para baixo os preços, levando o IPCA a apresentar deflação mensal tanto em abril (-0,31%), quanto em maio (-0,38%), abrindo espaço para que o BCB continuasse a cortar os juros ao longo de boa parte do ano, levando a Selic à inédita taxa de 2,00% a.a. na reunião de agosto. Entretanto, a combinação da recuperação da economia mais forte do que a esperada com um choque agrícola levou a inflação a acelerar no 2º semestre, com a taxa acumulada em 12 meses passando de 2,31% em junho para 4,52% ao final de 2020.

Outro reflexo da queda da atividade ao longo do ano pôde ser visto nas contas externas. Como acontece em momentos de retração econômica, as importações sofreram um grande impacto, caindo 10,4% ao longo de 2020. Entretanto, como tivemos uma queda mundial sincronizada no crescimento, as exportações também mostraram queda, mas não na mesma intensidade (6,9%), de forma que a balança comercial apresentou superávit de USD 51 bilhões. Isso ajudou o saldo de transações correntes a reduzir o déficit de 2,71% do PIB em 2019 para 0,64% no acumulado em 12 meses até novembro/20. Corroborando esse momento mais benéfico para as contas externas, as reservas internacionais fecharam o ano em USD 356 bilhões, praticamente estáveis na comparação com o fechamento de 2019 e cobrindo 116% da dívida externa registrada.

O ano de 2020 acabou bem pior do que se esperava no seu início, mas melhor do que poderia ter sido após o advento da pandemia da Covid-19. O Governo brasileiro agiu rápido e conseguiu frear a desaceleração econômica que parecia inevitável, mas a um

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

custo que terá que ser pago nos próximos anos. As discussões a respeito da questão fiscal e a vacinação contra o coronavírus, certamente vão dominar as atenções e determinar qual cenário teremos em 2021.

A seguir relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações do Emissor:

I Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Contábeis Definidos pelo Banco Central do Brasil

O lucro líquido foi de R\$ 50,5 milhões, correspondente a R\$ 491,93 por lote de mil ações, e à rentabilidade anualizada de 5,31% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais inicial foi de 0,82%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo empréstimos e financiamentos, foi de R\$ 7.490,7 milhões e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$ 1.348,9. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 84,2 milhões, enquanto o total de recursos captados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 7.523,8 milhões, a saber:

- R\$ 5.404,7 milhões em depósitos interfinanceiros;
- R\$ 2.032,2 milhões em letras financeiras;
- R\$ 79,2 milhões em depósito à vista;
- R\$ 7,7 milhões em recursos do FINAME e BNDES;

II Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Internacionais (IFRS)

Informamos a seguir os detalhes das demonstrações financeiras consolidadas do Emissor elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade:

O lucro líquido foi de R\$ 54,4 milhões, correspondente a R\$ 508,28 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 559,10 por lote de mil ações preferenciais, e à rentabilidade anualizada de 5,74% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais inicial foi de 0,89%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo operações de crédito e adiantamentos a clientes, foi de R\$ 7.452,9 e adiantamentos a instituições financeiras, foi de R\$ 1.348,9 milhões. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 53,6 milhões enquanto o total de recursos captados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 7.523,7 milhões, a saber:

- R\$ 5.410,7 milhões em passivos com Instituições Financeiras;
- R\$ 2.032,2 milhões em títulos emitidos;
- R\$ 73,2 milhões em passivos com clientes; e
- R\$ 7,6 milhões em empréstimos e repasses;

Dada a sua natureza de instituição financeira, as principais fontes de captação do Emissor são:

- Depósitos interfinanceiros;
- Letras financeiras
- Vendas de ativos financeiros; e
- Recursos do BNDES e FINAME para repasse.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Todas as dívidas do Emissor estão sujeitas ao mesmo grau de subordinação.

Não existem restrições impostas ao Emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, à alienação de controle societário, ao limite de endividamento ou à emissão de novos valores mobiliários que não as previstas em determinações legais e regulamentares dos órgãos reguladores.

b) Estrutura de Capital

Data	Capital Social
31.12.2020	R\$ 473.930.000,00
31.12.2021	R\$ 489.598.000,00
31.12.2022	R\$ 517.001.000,00

O Capital Social do Emissor é dividido em 102.942.556 (cento e dois milhões, novecentas e quarenta e duas mil e quinhentas e cinquenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 (cinquenta e oito milhões, setecentas e trinta e seis mil e duzentas e sessenta e nove) ordinárias e 44.206.287 (quarenta e quatro milhões, duzentas e seis mil e duzentas e oitenta e sete) preferenciais, inconvertíveis em ordinárias.

Estrutura de Capital: Próprio e de Terceiros (R\$ mil) (BRGAAP Individual)

Descrição	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	% Em relação ao capital total	R\$	% Em relação ao capital total	R\$	% Em relação ao capital total
Patrimônio Líquido	1.061.771	9,7%	1.036.693	10,4%	981.886	17,1%
Capital de Terceiros	9.919.366	90,3%	8.907.533	89,6%	4.762.022	82,9%
Total	10.981.137	100,0%	9.944.226	100,0%	5.743.908	100,0%

O Emissor vem mantendo, nos últimos três exercícios, capital próprio em percentual superior a 10% do passivo total, considerado pela Administração um nível adequado e conservador. Além disso, a proporção de capital próprio das instituições é regulamentada e monitorada pelo Banco Central do Brasil e, na aplicação das normas vigentes dessa Autarquia, fica evidenciada a boa capacidade de solvência do Emissor.

Não há previsão de resgate de ações de emissão do Emissor.

c) Capacidade de Pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Emissor tem mantido, nos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022 liquidez suficiente para pagamento de todas as suas obrigações financeiras. Os controles e estratégias de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa da Tesouraria que se reúne diariamente, com o objetivo de avaliar os ativos que compõem sua carteira, o fluxo de caixa diário e projetado, de modo a garantir a liquidez necessária para honrar vencimentos e renovações de operações financeiras, concessões de empréstimos e outras formas de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

crédito, fluxo de caixa de despesas, antecipação de passivos, atraso nas carteiras e necessidades próprias de capital de giro. Além do Comitê de Caixa, semanalmente ocorre o ALCO, em que a diretoria delibera sobre a estrutura de ativos e passivos do conglomerado, bem como a situação de caixa presente e futura, com o objetivo de assegurar a capacidade de pagamento de nossos compromissos financeiros.

Adicionalmente, as posições são monitoradas e em aderência à estratégia traçada, casadas da melhor maneira possível quanto a prazos e taxas.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de liquidez a que o Conglomerado está sujeito, e consequente adoção de medidas preventivas, além de reportar e documentar os eventos, testar os sistemas de controle, definir o contingenciamento das atividades e as estruturas de gerenciamento e divulgar os resultados para a Administração.

A política para gestão do risco de liquidez e o nível mínimo de caixa desejado para o Conglomerado Financeiro Alfa são definidos nas reuniões do CGR (Comitê de Gestão de Risco) e são reavaliados periodicamente.

As premissas utilizadas nas projeções seguem as recomendações definidas na Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, de 23 de fevereiro de 2017, tendo como principais objetivos de monitoramento:

- A avaliação dos fluxos de caixa em condições normais de mercado, levando-se em conta principalmente as captações livres para resgate, as com carência, as aplicações com liquidez, os fluxos de repagamento dos empréstimos, e as perspectivas de inadimplência;
- A simulação de cenários em situação de estresse de liquidez, de forma a dimensionar a intensidade e a velocidade da deterioração dos níveis de liquidez e geração de caixa.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Principais Fontes de Captação – Consolidado em IFRS (R\$ mil)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos à vista	92.397	83.443	79.238
Depósitos interfinanceiros	11.934.736	9.604.575	5.404.679
Total de passivos com clientes	12.027.133	9.688.018	5.483.917
Títulos Emitidos	-	-	2.032.159
Empréstimos e repasses	2.457	4.852	7.693
Total Captados	12.029.590	9.692.870	7.523.769

O nível de liquidez mínimo do Emissor é monitorado constantemente, a fim de garantir a liquidez necessária para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo este determinado e revisado periodicamente pelo Comitê de Caixa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Tesouraria estabelece as taxas dos produtos de crédito do Emissor, operações interfinanceiras e de hedge de taxa, dando suporte aos segmentos comerciais, administrando a liquidez, respeitando as regras e objetivos de investimentos e de acordo com a política de administração de ativos e passivos. Qualquer escassez de liquidez de financiamento pode ser coberta pela Tesouraria através de captação no mercado interbancário, investindo os excedentes em instrumentos líquidos de alta qualidade, concentrado em títulos públicos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

2022

Como fonte alternativa de captação, o Emissor tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

2021

Como fonte alternativa de captação, o Emissor tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

2020

Como fonte alternativa de captação, o Emissor tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

f) Níveis de endividamento e características de tais dívidas

As principais fontes de financiamento do Emissor são a captação de depósitos interfinanceiros, depósitos a vista, repasses do BNDES e FINAME e de Instituições Financeiras.

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Conforme especificadas no quadro da letra d) acima.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Assim como as instituições financeiras se utilizam do depósito a prazo com clientes, também se financiam entre si através de Depósitos Interfinanceiros (DI). Neste caso, o Emissor tem diversas linhas de longo prazo com outras instituições financeiras de primeira linha.

iii. Grau de subordinação de dívidas

O Emissor não tem dívidas subordinadas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Emissor não tem qualquer restrição quanto a endividamento, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de valores imobiliários ou alienação de controle societário, excetuadas as decorrentes de lei ou regulamentação.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O Emissor dispõe de diversas linhas com instituições financeiras de primeira linha que lhe permitem a captação de recursos com prazos e custos adequados a suas operações, sejam recursos em reais ou em moeda estrangeira. Além disso, seus limites com o BNDES lhe permitem ampliar substancialmente a carteira de crédito constituída com repasses de recursos daquela instituição.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

Comentamos abaixo as variações mais expressivas relativas às nossas contas patrimoniais. Não houve alterações significativas no fluxo de caixa. As variações referentes ao resultado das operações estão descritas no item 2.2.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (R\$ mil) (BRGAAP)

ATIVO	Individual			Análise Vertical %	Análise Horizontal %
	2022	2021	2020	2022	
DISPONIBILIDADES	13.315	9.789	12.699	0,1%	R\$ 3.526 36,0
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	10.763.517	9.747.401	5.511.610	97,9%	1.016.116 10,4
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.316.764	3.856.673	1.334.899	39,3%	460.091 11,9
Títulos e Valores Mobiliários	211.419	192.323	82.213	1,9%	19.096 9,9
Instrumentos Financeiros Derivativos	35.466	17.898	2.492	0,3%	17.568 98,2
Operações de Crédito	6.199.868	5.680.507	4.092.006	56,4%	519.361 9,1
PROVISÕES PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO	(85.893)	(78.569)	(66.084)	-0,8%	(7.324) 9,3
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	(1.164)	(1.187)	(1.411)	0,0%	23 (1,9)
OUTROS ATIVOS	104.008	88.320	82.567	0,9%	15.688 17,8
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	94.707	79.899	115.375	0,9%	14.808 18,5
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS	97.544	97.020	90.803	0,9%	524 0,5
IMOBILIZADO DE USO	20.801	19.786	17.513	0,2%	1.015 5,1
INTANGÍVEL	5.502	4.929	4.479	0,1%	573 11,6
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(17.269)	(15.556)	(13.677)	-0,2%	(1.713) 11,0
ATIVO TOTAL	10.995.068	9.951.832	5.753.874	100,0%	1.043.236 10,5

PASSIVO	Individual			Análise Vertical %	Análise Horizontal %
	2022	2021	2020	2022	
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	9.756.700	8.750.738	4.571.350	88,7%	R\$ 1.005.962 11,5
Depósitos	9.638.424	8.502.167	4.181.571	87,7%	1.136.257 13,4
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.457	4.852	7.693	0,0%	(2.395) (49,4)
Instrumentos Financeiros Derivativos	115.819	243.719	382.086	1,1%	(127.900) (52,5)
PROVISÕES	28.398	17.551	22.782	0,3%	10.847 61,8
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	28.398	17.551	22.782	0,3%	10.847 61,8
OUTROS PASSIVOS	117.123	120.622	108.725	1,1%	(3.499) (2,9)
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	31.076	26.228	69.131	0,3%	4.848 18,5
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.061.771	1.036.693	981.886	9,7%	25.078 2,4
PASSIVO TOTAL	10.995.068	9.951.832	5.753.874	100,0%	1.043.236 10,5

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2022

Principais variações ocorridas comparadas entre o período de 2022 e 2021.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação	Nota
Ativo:				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.316.764	3.856.673	460.091	(a)
Operações de Crédito	6.199.868	5.680.507	519.361	(b)
Passivo:				
Depósitos	9.638.424	8.502.167	1.136.257	(c)

- a) O aumento total em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez reforça a estratégia da Administração em manter o volume financeiro para necessidade de fluxo de caixa considerando aspectos importantes como i) liquidez imediata, promovendo operações com prazos igual ou inferior a 30 dias; e ii) garantia de liquidez, promovendo operações com instituições consideradas de primeira linha.
- b) A Carteira de Crédito apresentou um aumento de 9,1% em relação ao ano anterior. Os principais produtos que culminaram nesse crescimento foram as operações de crédito consignado e CDC.
- c) O aumento nos depósitos está relacionado com o aumento da carteira de crédito, como mencionado no item b, acima.

2021

Principais variações ocorridas comparadas entre o período de 2021 e 2020.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação	Nota
Ativo:				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.856.673	1.334.899	2.521.774	(a)
Operações de crédito	5.680.507	4.092.006	1.588.501	(b)
Passivo:				
Depósitos	8.502.167	4.181.571	4.320.596	(c)

- d) O aumento total em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez de R\$ 2.521.774 mil reforça a estratégia da Administração em manter o volume financeiro para necessidade de fluxo de caixa considerando aspectos importantes como i) liquidez imediata, promovendo operações com prazos igual ou inferior a 30 dias; e ii) garantia de liquidez, promovendo operações com instituições consideradas de primeira linha.
- e) O aumento nas operações de crédito ocorre substancialmente pela recompra da carteira de crédito cedida a sua controlada Banco Alfa S.A no ano de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- f) O aumento nos depósitos está relacionado com o aumento da carteira de crédito, como mencionado no item b, acima.

2020

Principais variações ocorridas comparadas entre o período de 2020 e 2019.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação	Nota
Ativo:				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.334.899	103.516	1.231.383	(a)
Títulos e Valores Mobiliários	82.213	810.118	(727.905)	(b)
Operações de crédito	4.092.006	4.997.754	(905.748)	(c)
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E	90.803	-	90.803	(d)
Passivo:				
Depósitos	4.181.571	4.455.709	(274.138)	(e)
Instrumentos Financeiros Derivativos	382.086	457.115	(75.029)	(f)

- a) O aumento total em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez de R\$ 1.231.383 mil reforça a estratégia da Administração em manter o volume financeiro para necessidade de fluxo de caixa considerando aspectos importantes como i) liquidez imediata, promovendo operações com prazos igual ou inferior a 30 dias; e ii) garantia de liquidez, promovendo operações com instituições consideradas de primeira linha.
- b) Redução representada em sua totalidade pelas Letras Financeiras do Tesouro que em 31/12/2020 é de R\$ 82.213 mil ao passo que em 31/12/2019 era de R\$ 810.118 mil.
- c) Durante o ano de 2020 o Emissor passou a realizar operações de cessão de crédito sem coobrigação para o Banco Alfa S.A. o que demonstra uma redução na carteira de crédito. A redução está centralizada no produto crédito consignado, cujo foi escopo dessas cessões.
- d) No segundo semestre de 2020 o Emissor adquiriu 20.304.520 ações ordinárias nominativa, do capital social do Banco Alfa S.A., totalizando uma participação de 80%.
- e) Redução representada em sua totalidade pelas captações em Depósitos Interfinanceiros que em 31/12/2020 é de R\$ 4.181.571 mil ao passo que em 31/12/2019 era de R\$ 4.455.709 mil.
- f) Redução representada principalmente pelo saldo a pagar do Hedge de Valor Justo que em 31/12/2020 é de R\$ 379.334 mil ao passo que em 31/12/2019 era de R\$ 452.279 mil

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) Comentários dos diretores – Resultado operacional e financeiro

Para melhor compreensão dos lucros apresentados nos Demonstrativos de Resultado do Emissor dos exercícios findos em 2020, 2021 e 2022 abaixo estão listados os principais itens de receita e despesa e comentários sobre os eventos mais significativos que impactaram os resultados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEGUNDO OS PADRÕES BRASILEIROS

O quadro a seguir mostra os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais do Emissor elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL		
	2022	2021	2020
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	352.563	350.176	293.399
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	65.508	72.412	58.552
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	59.421	56.236	47.263
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	1.159	8.154	2.301
Outras Receitas Operacionais	4.928	8.022	8.988
PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS	(310.570)	(292.313)	(271.871)
Despesas de Pessoal	(153.274)	(147.509)	(125.410)
Despesas Administrativas	(88.726)	(78.995)	(86.113)
Despesas Tributárias	(24.234)	(22.413)	(19.621)
Outras Despesas Operacionais	(44.336)	(43.396)	(40.727)
DESPESAS DE PROVISÕES	(34.675)	(18.413)	(5.575)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	(34.675)	(18.413)	(5.575)
(=) RESULTADO OPERACIONAL	72.826	111.862	74.505
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	2.880	3.995	103
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	75.706	115.857	74.608
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(14.886)	(33.549)	(18.428)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS	(14.850)	(6.249)	(5.682)
LUCRO LÍQUIDO	45.970	76.059	50.498

2022

O lucro líquido do Emissor no exercício atingiu R\$ 45.970 mil, correspondendo à rentabilidade de 4,43% sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.036.693 mil. A redução está relacionada:

- a) Menor resultado com equivalência patrimonial da sua controlada Banco Alfa S.A.
- b) Aumento das despesas de pessoal devido ao dissídio anual;
- c) O aumento nas despesas com processamento de dados, consequência dos novos projetos de tecnologia (R\$ 27.682 mil em 2022 ante R\$ 22.301 mil em 2021);
- d) O aumento da provisão (complemento) para riscos trabalhistas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2021

O lucro líquido do Emissor no exercício atingiu R\$ 76.059 mil, correspondendo à rentabilidade de 7,75% sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 981.886 mil. A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu um lucro líquido de R\$ 740,94.

No ano de 2020 o Emissor realizou cessões de crédito sem coobrigação com a sua controlada, por esse motivo, houve uma redução nas receitas com operações de crédito. Para o ano de 2021, o volume de cessão foi inferior ao do ano de 2020, aumentando assim a receita nessa rubrica. Adicionalmente, a pandemia gerou impacto nas liberações de crédito consignado e crédito direto ao consumidor no ano de 2020. Em 2020 foram liberados desses dois produtos 70,7 mil contratos, enquanto, para o ano de 2021 82,0 mil contratos.

2020

O lucro líquido do Emissor no exercício atingiu R\$ 50.498 mil, correspondendo à rentabilidade de 5,31% sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 950.894 mil. A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu um lucro líquido de R\$ 491,93.

As principais variações que contribuíram para a redução do lucro em 2020 quando comparado com o ano de 2019 foram:

Descrição	2020	2019	Variação	Nota
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	47.610	56.050	(19.534)	(a)
Outras Receitas Operacionais	10.205	4.301	5.904	(b)
Despesas de Pessoal	(132.611)	(124.945)	(7.666)	(c)
Outras Despesas Operacionais	(51.159)	(40.361)	(10.798)	(d)
Outras Receitas e Despesas não Operacionais	104	7.078	(6.974)	(e)

- a) A redução decorre principalmente nas receitas com as taxas de confecção de cadastro para os produtos CDC e Consignado e pelas tarifas de outros serviços ocasionado pelo efeito da pandemia no Brasil e no mundo.
- b) Aumento decorrente principalmente da reversão de provisão de contingências de trabalhistas no ano de R\$ 4.703 mil. Adicionalmente a receita com portabilidade de crédito foi menor no ano de 2020 em R\$ 1.218 mil, quando comparado com o ano de 2019.
- c) Aumento ocasionado por dois motivos: **i)** o Emissor, por gestão e estratégia da Administração aumentou gradualmente no decorrer do ano de 2020 o quadro de funcionários. A quantidade de funcionários em 31/12/2020 é de 888, ao passo que em 31/12/2019 era de 817; **ii)** devido à aquisição da participação de 80% no Banco Alfa S.A., a despesa do segundo semestre é somada ao processo de consolidação, aumentando em R\$ 6.464 mil.
- d) Aumento ocasionado principalmente pelas despesas com Comissões e Indenização Trabalhista e Cível, que tiveram um aumento de R\$ 4.428 mil e R\$ 5.479 mil, respectivamente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

- e) No ano de 2019, o Emissor vendeu as ações da Cielo S.A., o que gerou um ganho de R\$6.723, evento não recorrente para o ano de 2020.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL

A seguir, em complemento às informações acima, apresentamos um quadro com os resultados de 2022, 2021 e 2020 apurados de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Descrição	Consolidado IFRS - R\$ mil		
	2022	2021	2020
Margem financeira	413.584	291.290	450.789
Resultado líquido de serviços e comissões	(18.699)	(11.630)	(10.503)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	36.674	169.602	(77.931)
Outras receitas	9.586	15.091	12.723
Resultado de perdas esperadas de ativos financeiros	(47.203)	(23.400)	(29.857)
Despesas de pessoal	(189.414)	(169.785)	(138.218)
Gastos gerais administrativos	(107.314)	(100.846)	(97.675)
Outras despesas	(46.720)	(46.405)	(33.984)
Resultado antes dos impostos	50.494	123.917	75.344
Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	(11.527)	(44.591)	(20.919)
Resultado líquido dos exercícios	38.967	79.326	54.425
Atribuição do Resultado			
Parcela do resultado dos acionistas controladores	36.774	77.245	54.069
Parcela do resultado dos acionistas não controladores	324	2.081	356
Resultado líquido dos exercícios	38.967	79.326	54.425

A diferença apresentada para o lucro líquido entre o valor apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e aquele apurado de acordo com as práticas internacionais é de R\$ 7.003 mil. Os principais efeitos provenientes das diferenças de práticas contábeis estão abaixo elencados:

DESCRIÇÃO	R\$ mil
Resultado em BRGAAP Individual	45.970
Atribuível a acionistas não controladores	290
Ajuste taxa efetiva de juros	(8.353)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.774)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste IFRS	4.834
(=) Resultado líquido em IFRS Consolidado	38.967

- b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O Emissor não teve variações relevantes em suas receitas decorrentes de modificações de preços, taxas de câmbio e inflação ou novos produtos.

O Emissor tampouco teve variações significativas nas nossas receitas decorrentes da introdução de novos produtos e serviços ou de alteração de volumes.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Variações no resultado operacional e no resultado financeiro podem ocorrer por flutuações nas taxas de mercado dos ativos e passivos financeiros do Emissor. Para que estas flutuações não gerem impactos significativos para o Emissor, limites de exposições, volatilidades (VaR) e *duration* foram estabelecidos e são controlados diariamente sob diversos cenários de mercado. Os limites são estabelecidos por um comitê (Comitê de Gestão de Risco de Mercado) que os avalia periodicamente vis-à-vis as condições econômicas do país e do exterior.

A gestão de risco do Conglomerado Financeiro Alfa tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de mercado – conceituados na Resolução nº 4.557, do Banco Central – aos quais está sujeito, e consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar a imagem de integridade e correção do Conglomerado Financeiro Alfa perante seus clientes, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos.

Em linha com boas práticas de governança de gestão de riscos, o Conglomerado Financeiro Alfa gerencia, continuamente, todas as suas exposições ao risco em conformidade com os preceitos regulatório e o Acordo de Capitais – Basileia.

As metodologias aplicadas são consagradas no mercado e periodicamente avaliadas nos comitês internos de risco de mercado, dos quais as diretorias e presidências são membros efetivos. São nesses fóruns que os limites de exposição, risco e estresse são definidos.

Os quadros apresentados a seguir demonstram a análise de sensibilidade das exposições a risco de mercado relevantes do Conglomerado. Destaca-se que, além de ferramentas de sensibilidade, o Conglomerado Financeiro Alfa vale-se de outras métricas complementares para a efetiva análise diária e administração do risco de mercado.

Em 31 dezembro de 2022 – R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(112.969)	(148.099)	(264.079)

Em 31 dezembro de 2021 – R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(130.809)	(285.044)	(505.918)

Em 31 dezembro de 2020 – R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(123.332)	(126.436)	(221.466)

2.2 Resultados operacional e financeiro

As premissas para as análises de sensibilidade apresentadas acima partem da consideração de que os impactos afetariam negativamente as posições do Emissor, caso viessem a ocorrer.

Cenário 1: este é o cenário provável para os fatores de risco, utilizando como insumos, para seu cálculo, as informações prestadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de seus cenários de estresse. Esse é o cenário de estresse utilizado diariamente pelo Conglomerado Financeiro Alfa.

Cenário 2: este cenário vale-se de uma deterioração de 25% sobre os vértices de cada curva ou preços de mercado (nas respectivas datas-bases) como fator de sensibilidade aplicada em seu respectivo fator de risco – *parallel shift*.

Cenário 3: este cenário vale-se de uma deterioração de 50% sobre os vértices de cada curva ou preços de mercado (nas respectivas datas-bases) como fator de sensibilidade aplicada em seu respectivo fator de risco – *parallel shift*.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

- a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis para os anos de 2020, 2021 e 2022.

- b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Inexistem ressalvas ou ênfases nos pareceres do auditor para os anos de 2020, 2021 e 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Comentários dos diretores – Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

Não existem eventos ou operações relevantes não usuais a serem comentados e/ou que causaram ou poderão causar impactos nas demonstrações financeiras do Emissor e em seus resultados.

2.5 Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a) informar o valor das medições não contábeis
As medições não contábeis não estão sendo divulgadas.
- b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
As medições não contábeis não estão sendo divulgadas.
- c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações
As medições não contábeis não estão sendo divulgadas.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não há eventos relevantes subsequentes às últimas demonstrações financeiras que as altere substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a) regras sobre retenção de lucros.

O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências, Reserva de Lucros a Realizar e Dividendos, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e o remanescente destinado para Reserva Especial para Dividendos.

Não houve retenções de lucros com base em orçamento de capital.

b) regras sobre distribuição de dividendos

O dividendo obrigatório é de 25%, conforme previsão estatutária, e é calculado sobre o lucro líquido após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

O emissor distribui dividendos semestrais tendo por base o lucro líquido do 1º e 2º semestres de cada exercício, ajustado na forma acima descrita.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não ocorreram quaisquer restrições quanto à distribuição de dividendos no exercício.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Pública | Public

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando.

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Todos os ativos e passivos detidos pelo Emissor estão evidenciados nas suas demonstrações financeiras, não havendo, portanto, itens relevantes não evidenciados.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Uma vez que todos os ativos e passivos detidos pelo Emissor estão evidenciados em suas demonstrações financeiras, não há comentários a serem efetuados.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

Conforme alínea b do item 2.8 acima, não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Emissor.

2.10 Planos de negócios

Plano de negócios – Investimentos

O Conglomerado Financeiro Alfa tem como objetivo a expansão de sua atuação nos mercados nos quais está presente, quais sejam, operações de crédito com grandes empresas, financiamento de automóveis, crédito consignado, crédito pessoal, gestão de recursos e Private Bank.

A administração das atividades do Conglomerado Financeiro Alfa é centralizada e compartilha os mesmos sistemas de controle. A Diretoria do Conglomerado Financeiro reconhece a importância da tecnologia para a continuidade dos negócios, bem como para o crescimento das operações e dos novos negócios, e que os investimentos necessários devem ser realizados a tempo, de forma eficaz e compatível com o volume de negócios e receitas das Instituições.

Os investimentos em tecnologia vêm sendo realizados de forma a atender as necessidades do Conglomerado Financeiro Alfa, alinhado com o crescimento das operações e com a criação de novos modelos para atender novas formas de fazer negócio. Com objetivo principal de mitigar riscos, bem como garantir a continuidade dos negócios, o foco dos investimentos está direcionado principalmente em segurança da informação e na atualização dos sistemas, proporcionando um aumento das operações de forma segura e eficiente, e garantindo uma evolução e aprimoramento de toda plataforma tecnológica para evitar ao máximo a indisponibilidade da operação.

O quadro abaixo demonstra o total investido em tecnologia nos últimos três anos e a previsão de investimentos para 2023, incluindo infraestrutura de TI, como equipamentos, softwares e telecomunicações, e desenvolvimento de sistemas internos assim como as contratações de soluções sistêmicas de terceiros para atender o mercado financeiro. A previsão de investimentos para 2023 está alinhada com a estratégia do Conglomerado e contempla atualizações e implantações de melhorias nos sistemas e aplicativos que atendem segmentos/produtos de maior relevância, visando garantir eficiência, agilidade e baixo custo. Importante ressaltar que estão incluídos nesta previsão, como realizado em anos anteriores, investimentos priorizando a área de segurança da informação, bem como a atualização e customização dos sistemas para adequá-los às novas regulamentações.

Investimentos (R\$ mil)	Previsão 2023	2022	2021	2020
Infraestrutura de TI e Segurança da Informação	25.789	11.756	9.754	5.691
Sistemas Aplicativos	42.028	36.767	33.131	23.943
Total	67.817	48.523	42.885	29.634

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Comentários dos diretores – Outros fatores com influência relevante

O Emissor registrou todos os comentários relevantes sobre o desempenho operacional nos itens anteriormente descritos.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

O Emissor não divulgou projeções ou premissas nos anos 2020, 2021 e 2022.

3.2 Acompanhamento das projeções

O Emissor não divulgou projeções nos anos 2020, 2021 e 2022.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

O emissor está sujeito a riscos inerentes à sua atividade como instituição financeira e que podem impactar negativamente a sua rentabilidade ou até mesmo comprometer parte do seu patrimônio. Dentre os riscos a que o emissor está submetido podemos citar os riscos de mercado, de crédito, liquidez, risco operacional e o risco de capital prudencial, como os principais, e que explicitamos a seguir.

Risco de Mercado - Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco de Crédito - Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- A. Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sob posições de empréstimos, ativos financeiros e ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- B. Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- C. De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

Risco de Liquidez - Risco de Liquidez é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, considerando-se as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Risco Operacional - Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou de eventos externos.

Risco de Capital Prudencial – Risco de Capital Prudencial é a possibilidade da manutenção de um grau de alavancagem operacional inadequada ao patrimônio de referência que possa comprometer a remuneração do capital e a solidez requerida por seus acionistas, credores, clientes e ao mercado em geral.

4.1 Descrição dos fatores de risco

b. seu acionista, em especial os acionistas controladores

Os controladores do Emissor detêm, em conjunto, mais de 80% das ações ordinárias do Emissor. Na qualidade de controladores, possuem o direito de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração. A esse Conselho cabe a responsabilidade pela eleição da diretoria, a definição dos princípios gerais da política de gestão de risco da organização, e o acompanhamento da sua implantação. Equívocos na definição ou deficiências na implantação da Política de Gestão de Riscos poderiam trazer como consequência a piora das condições financeiras do Emissor, ou até mesmo impactar a sua solvência.

Devido ao baixo nível de liquidez das ações do Emissor, movimentos relevantes de compra ou venda feitos mesmo por um número pequeno de acionistas poderão causar grandes volatilidades, distorcendo os preços destes papéis no mercado. Além disso, em momentos de piora das condições de mercado os acionistas poderão enfrentar adversidades por conta da redução da liquidez dificultando a negociação das ações da instituição

c. suas controladas e coligadas

O Emissor possui participação direta e indireta em outras empresas e um eventual desempenho ruim destas controladas poderá afetar negativamente o desempenho financeiro do Emissor.

d. seus administradores

A capacidade do Emissor de manter sua posição competitiva e alcançar estratégias de crescimento depende em grande parte de seus administradores. Trata-se de elemento chave a capacidade de continuar a atrair, treinar, motivar e reter profissionais altamente qualificados e talentosos. Caso qualquer administrador deixe de desempenhar suas atividades com o usual nível de excelência, ou, ainda, haja vacância do mandato de qualquer administrador do Emissor sem sua rápida e adequada substituição, os negócios, condição financeira e os resultados das operações do Emissor, incluindo controle e riscos operacionais, poderão ser afetados.

e. a seus fornecedores

Nossos sistemas de informação são em sua maioria fornecidos por terceiros, desta forma, estamos sujeitos a condições adversas oriundas da deterioração da situação financeira ou técnica de fornecedores e que podem impactar no de prazos de implantação de novos desenvolvimentos ou na piora da performance dos sistemas existentes.

f. a seus clientes

O emprego de critérios equivocados de avaliação de crédito poderá superestimar a capacidade de pagamento de certos clientes que, no futuro poderão apresentar dificuldades em honrar suas obrigações com o emissor. Esta possibilidade impactaria adversamente o resultado financeiro e o fluxo de caixa da instituição.

Da mesma forma, o estabelecimento ineficaz de procedimentos e critérios para prevenir a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores na instituição poderia impactar negativamente a sua reputação e seus resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Mudança nas condições da economia mundial ou do nosso país, problemas estruturais ou piora nas condições de competitividade podem afetar negativamente determinados setores econômicos específicos. A eventual concentração da exposição de crédito a empresas destes setores poderia ocasionar um aumento nas perdas de crédito e comprometer os resultados financeiros do emissor.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A atuação do emissor é submetida à regulação principalmente do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliário. Eventuais alterações na regulamentação dos mercados ou produtos onde atuamos poderia reduzir nossas margens, restringir a atuação ou mesmo impedir nossa operação nesses mercados, afetando assim negativamente os resultados futuros do emissor.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Por atuarmos somente no mercado brasileiro não estamos expostos a este tipo de risco.

j. A questões sociais

Internamente estamos atentos aos seguintes itens: (i) promoção da diversidade, equidade e inclusão; (ii) saúde mental; física e na segurança de colaboradores e suas famílias; (iii) Respeito aos direitos humanos em todas as relações e atividades; (iv) excelência no capital humano com investimento permanente em capacitação; (v) educação e segurança financeira. Em nossos relacionamentos com clientes, buscamos sempre os engajar para que se comprometam com os princípios da nossa Política de Responsabilidade social ambiental e climática. Entretanto, a ocorrência de eventos de caráter social relacionados aos devedores durante o curso de suas operações, poderão trazer prejuízos financeiros à instituição, sejam decorrentes de perdas com as operações de crédito ou da possibilidade de corresponsabilidade nesses eventos.

k. questões ambientais

Internamente estamos atentos aos seguintes itens: (i) Estar em contínua atualização tecnológica de modo que nossas atitudes e o cuidado com nossa estrutura estejam sempre em consonância com nossos valores sustentáveis; (ii) Gerenciar todos os nossos descartes de resíduos buscando sempre aumentar o grau de reciclagem e reduzir o impacto negativo no meio ambiente; Em nossas relações com clientes e fornecedores buscamos sempre (i) combater o desmatamento em nossas cadeias de fornecimento (ii) Financiar ou investir em empresas que integram critérios ambientais em suas políticas de fornecimento e políticas operacionais. (iii) Engajar e apoiar aquelas empresas que para que se comprometam com os princípios da nossa Política de Responsabilidade social ambiental e climática. Entretanto, a ocorrência de eventos de caráter ambiental relacionados aos devedores durante o curso de suas operações, poderão trazer prejuízos financeiros à instituição, sejam decorrentes de perdas com as operações de crédito ou da possibilidade de corresponsabilidade nesses eventos

4.1 Descrição dos fatores de risco

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Internamente estamos atentos aos seguintes itens (i) medir nossas emissões próprias do escopo 1 e escopo 2; (ii) divulgar os percentuais estimados de emissões dos clientes por setor; (iii) incorporar os critérios relacionados às mudanças climáticas no gerenciamento do risco, buscando engajar e apoiar clientes e suas respectivas cadeias visando à mitigação de emissões em todas as suas atividades; (iv) investir no realinhamento de nossa carteira de crédito e investimento visando emissão líquida zero. Em nossos relacionamentos com clientes, buscamos sempre os engajar para que se comprometam com os princípios da nossa Política de Responsabilidade social ambiental e climática. Entretanto, a ocorrência de eventos de caráter climático relacionados aos devedores durante o curso de suas operações, poderão trazer prejuízos financeiros à instituição, sejam decorrentes de perdas com as operações de crédito ou da possibilidade de corresponsabilidade nesses eventos.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A seguir os cinco fatores de riscos, dentre aqueles enumerados no campo 4.1.

Risco de Mercado - Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco de Crédito - Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- A. Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sob posições de empréstimos, ativos financeiros e ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- B. Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- C. De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

Risco de Liquidez - Risco de Liquidez é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, considerando-se as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Risco Operacional - Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou de eventos externos.

Risco de Capital Prudencial – Risco de Capital Prudencial é a possibilidade da manutenção de um grau de alavancagem operacional inadequada ao patrimônio de referência que possa comprometer a remuneração do capital e a solidez requerida por seus acionistas, credores, clientes e ao mercado em geral.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O emissor, dada as características da exposição de suas captações e aplicações, poderá estar sujeito ao risco de variação nas taxas de juros prefixadas, cupons de índices de preços, cupons cambiais, variação cambial e renda variável, os quais podem influenciar seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Com base em 31/12/2022, o quadro abaixo mostra o montante das exposições mencionadas acima e o respectivo resultado do teste de estresse aplicado pelo emissor.

Exposição	MTM - Exposição	Individual		
		31/12/2022	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-Fixado	1.028.985	(82.315)	(178.573)	(96.849)
em reais mil				

As demais exposições a outros fatores de riscos são desprezíveis nesta data.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Natureza: Cível

Não há processos cíveis individualmente relevantes para o Emissor ou sua Controlada de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Trabalhista

Não há processos trabalhistas individualmente relevantes para o Emissor ou sua Controlada de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Tributária

Não há processos tributários individualmente relevantes para o Emissor ou sua Controlada de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

O Emissor e sua controlada não possuem processos nessas condições.

4.6 Processos sigilosos relevantes

O Emissor e sua controlada não possuem processos nessas condições.

4.7 Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes não abrangida nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Pública | Public

- a. O Emissor possui políticas formalizadas para o gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração.
- b. O emissor tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar:
 - o risco de crédito;
 - o risco de mercado;
 - o risco operacional;
 - o risco de liquidez;
 - o risco socioambiental;
 - demais riscos inerentes aos objetivos estratégicos do emissor.

Para tanto o emissor possui políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos documentadas, com limites e procedimentos detalhados e destinados a manter sua exposição aos riscos mencionados em conformidade com seus respectivos apetites.

O gerenciamento de riscos vale-se de processos de monitoramento e tomadas de decisões tempestivas quanto à necessidade de medidas mitigatórias no gerenciamento dos riscos, ou retificadoras no caso de rompimento de limites estabelecidos.

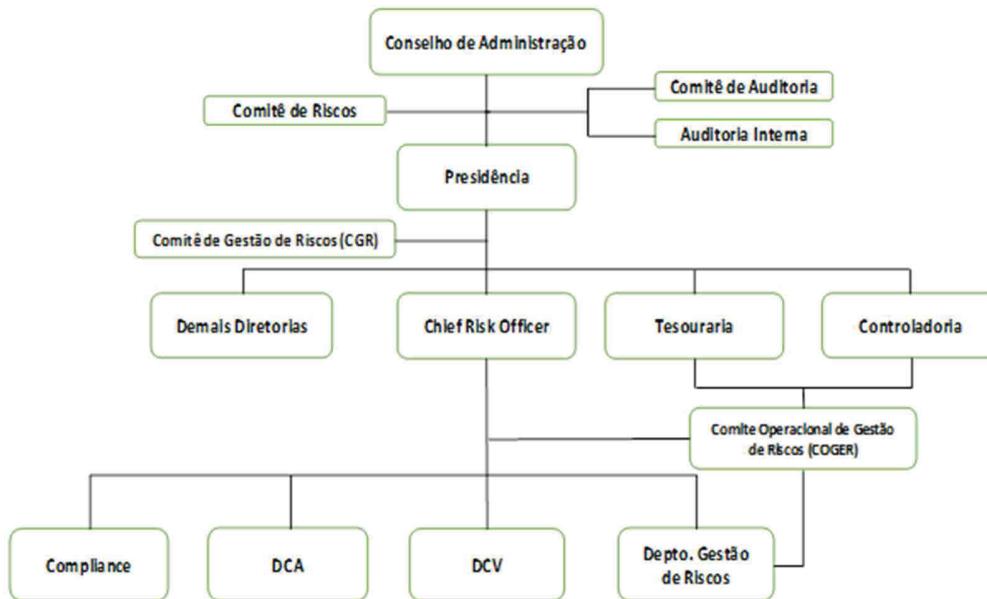
Os limites são definidos por Comitês com o envolvimento da alta administração do emissor. Esses limites são monitorados através de sistemas, rotinas e procedimentos que permitem a identificação dos riscos decorrentes dos produtos e serviços oferecidos pela instituição ou de mudanças significativas nos processos operacionais.

Para o gerenciamento integrado de riscos e para o gerenciamento do risco socioambiental, o emissor possui a estrutura organizacional definida conforme abaixo:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Pública | Public

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS:



1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes para a tomada de riscos pelo Conglomerado. Para tanto deve:

- Aprovar e revisar os níveis de apetite por riscos (RAS), com o auxílio do Comitê de Riscos, do Chief Risk Officer (CRO) e outros membros da diretoria quando necessários;
- Definir a composição do Comitê de Riscos;
- Assegurar que o Conglomerado mantenha níveis adequados de capital e de liquidez;
- Assegurar que a Política de Remuneração não incentive comportamentos inadequados na tomada de riscos;
- Aprovar e revisar com periodicidade mínima anual:
 - A Política do gerenciamento integrado de riscos;
 - A Política de gerenciamento de capital;
 - Os planos de contingência de riscos e de capital;
 - O Programa de teste de estresse.

2. Comitê de Riscos

O Comitê de Riscos deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) integrantes com a responsabilidade de:

- Propor recomendações ao Conselho de Administração, no mínimo anualmente, sobre o gerenciamento de riscos e de capital;
- Avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS, as estratégicas para seu gerenciamento, considerando os riscos de forma individual e de forma integrada;
- Supervisionar o desempenho e observância pelo CRO e pela diretoria dos termos da RAS;
- Avaliar o grau de aderência dos processos internos de gerenciamentos de risco e de capital à esta Política e demais documentos pertinentes.

As deliberações do Comitê de Riscos devem ser registradas em ata.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Pública | Public

3. Presidência

A Presidência do Conglomerado deve:

- Aprovar e garantir a execução desta Política.
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos na instituição

4. Comitê de Gestão de Riscos (CGR)

Supervisiona a condução do Gerenciamento de Riscos do Conglomerado, revisando e propondo seus limites de risco, atualizações da Política, e decidindo sobre as exposições quando acionado pelo COGER.

Integrantes:

- a) Presidência;
- b) 1 Membro do Conselho de Administração;
- c) Chief Risk Officer (CRO);
- d) Diretor de Tesouraria;
- e) Gerente Geral de Gestão de Riscos.

5. Comitê Operacional de Gestão de Riscos (COGER)

Supervisiona os processos operacionais de gerenciamento de riscos.

Integrantes:

- a) Chief Risk Officer (CRO);
- b) Diretor de Tesouraria;
- c) Diretor de Controladoria;
- d) Gerentes da Tesouraria;
- e) Gerentes de Gestão de Riscos.

6. Chief Risk Officer (CRO)

O CRO é o Diretor Responsável pelo Gerenciamento Integrado de Riscos e pelo Gerenciamento de Capital. Suas atribuições abrangem:

- ✓ Supervisionar o desenvolvimento, as implementações, o desempenho e o aperfeiçoamento dos gerenciamentos de riscos e de capital;
- ✓ Responder pela execução desta Política, e pela aderência da gestão de riscos aos princípios estabelecidos na RAS e aos objetivos estratégicos do Conglomerado;
- ✓ Subsidiar o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões relacionadas aos gerenciamentos de riscos e de capital;
- ✓ Promover a capacitação técnica dos colaboradores envolvidos nas estruturas e processos de gerenciamentos de riscos e de capital.

7. Departamento de Gestão de Riscos

O Departamento de Gestão de Riscos deve aplicar ferramentas e metodologias capazes de identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os riscos incorridos pelo Conglomerado. Para tanto deve:

- Documentar as estratégias para os gerenciamentos de riscos e de capital;
- Elaborar relatórios de acompanhamento de limites destinados a manter as exposições aos riscos em conformidade com o apetite fixado na RAS;
- Estabelecer processos efetivos de rastreamento e reporte tempestivos às exceções ou rompimentos aos limites estabelecidos;
- Realizar a identificação prévia de riscos inerentes a:
 - Novos produtos;
 - Modificações significativas nos processos, produtos ou serviços existentes;
 - Alterações nas perspectivas macroeconômicas e seus impactos em as exposições.
- Realizar testes de aderência para validações de metodologias (Backtest);
- Avaliar periodicamente a adequação de sistemas, rotinas e procedimentos dos gerenciamentos de riscos e de capital
- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes ao tema;
- Aplicar o teste de estresse aprovado pelo Conselho de Administração.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Pública | Public

8. Departamento de Controle de Aplicação (DCA)

As principais responsabilidades atribuídas ao DCA são:

- Implantar os limites aprovados em Comitê de Crédito, assegurando que as operações sejam desembolsadas corretamente de acordo com a decisão das alçadas competentes, bem como deve analisar e verificar as operações que podem apresentar inconsistências nas esteiras de crédito;
- Custodiar as informações das decisões de crédito e os respectivos dossiês que embasam as decisões;
- Manutenção das seguintes listas de impedimentos internos: Clientes que geraram prejuízos em operações de crédito, Ações Judiciais contra as empresas do Conglomerado Financeiro Alfa, Recuperação Judicial, Partes Relacionadas;
- Conduzir as atividades de gestão de Garantias e Monitoramento de Crédito reportando ao Comitê quaisquer desvios de conduta, hábitos de pagamento ou performance que possam denotar deterioração do risco intrínseco de crédito dos clientes;
- Participar ativamente dos estudos, estruturação e implantação de novas ferramentas de análise de crédito;
- Revisar os limites de crédito dos clientes em situação de amparo de risco, ou seja, que não possuem limites disponíveis para utilização e que se encontram em processo de redução de risco;
- Apoiar o DAC na condução das atividades cotidianas de análise e de condução do Comitê de Crédito, quando necessário.

9. Departamento de Cobrança de Operações Vencidas (DCV)

O DCV deve:

- Ser o responsável pela cobrança dos vencidos e a recuperação dos créditos lançados a prejuízo do Varejo, bem como gerenciamento dos vencidos do Atacado e elaboração dos relatórios gerenciais referentes à performance das perdas e recuperações de crédito do Conglomerado;
- Conduzir a venda de bens móveis retomados ou reintegrados através das ações de cobrança;
- Responder pelo desenvolvimento, implantação e alteração de metodologias para cobrança de operações vencidas do Conglomerado;
- Supervisionar, contratar e descredenciar advogados responsáveis pelo ajuizamento de ações de cobrança

10. Departamento Jurídico

São atribuições do Departamento Jurídico:

- Assegurar a inclusão de mitigação de riscos nos contratos de operações e de prestação de serviços com fornecedores, quando aplicável;
- Gerenciamento de processos judiciais, administrativos ou regulatórios relacionados a riscos socioambientais, envolvendo seus clientes, fornecedores, colaboradores e demais parceiros.

11. Compliance

É responsabilidade do Compliance:

- Promover uma cultura organizacional que incentive condutas éticas e o compromisso do Conglomerado com cumprimento das regulamentações e leis vigentes;
- Testar e avaliar a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicáveis, aos códigos de ética e de conduta;
- Implementar processos de análise aprofundada de clientes, parceiros e fornecedores, visando o cumprimento das regulamentações de PLD, sanções e risco socioambiental;
- Avaliar previamente os riscos de imagem e regulatório sobre novos produtos/serviços, alterações relevantes em processos, sistemas ou modelo de negócio do Conglomerado.

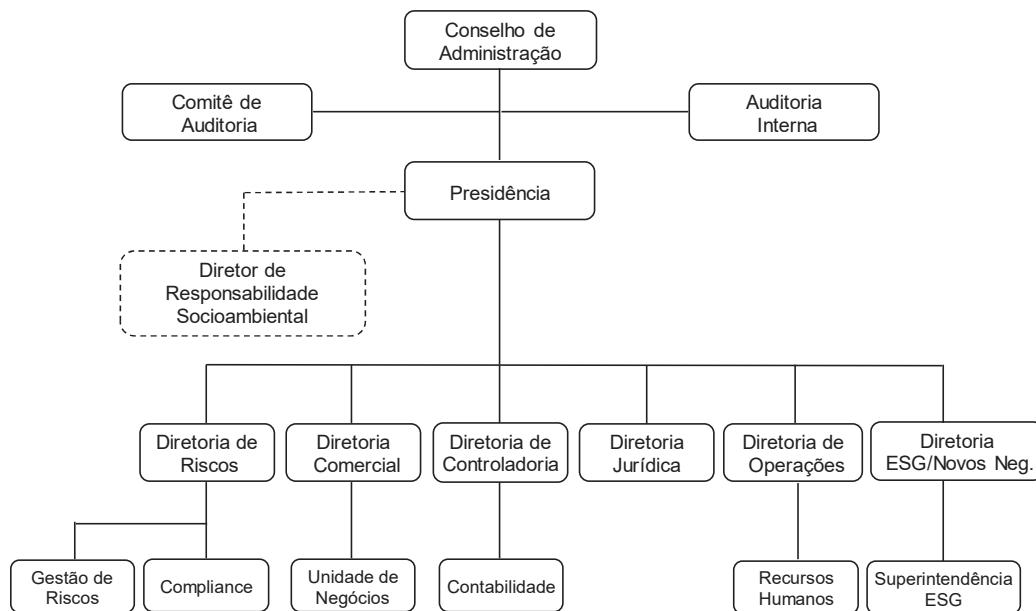
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Pública | Public

12. Auditoria Interna

A Auditoria Interna deve verificar o cumprimento e a aderência do processo de gerenciamento dos riscos e do capital às normas externas e internas, avaliando a qualidade alcançada na execução das tarefas determinadas para as diversas etapas dos processos e das estruturas envolvidas.

RISCO SOCIOAMBIENTAL:



1. Conselho de Administração

Aprovar e revisar, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, esta Política, manifestando-se expressamente, quando necessário, acerca das ações a serem implementadas para a correção de eventuais deficiências constatadas.

2. Auditoria Interna

Verificar o cumprimento e a documentação pertinente à implantação e observância rigorosa desta Política de Responsabilidade Socioambiental.

3. Presidência

Aprovar e tornar efetiva esta Política, revisando-a no mínimo a cada 5 (cinco) anos, além de acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências apontadas nos controles correlatos a esta atividade.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Pública | Public

4. Diretor de Responsabilidade Socioambiental

Diretor responsável pelo cumprimento da Política de Responsabilidade Socioambiental.

5. Unidades de Negócios

Respeitar os princípios e dispositivos desta Política em suas atividades, desenvolvendo procedimentos específicos para a aplicação destas regras, considerando as particularidades de seus clientes e produtos negociados.

Apoiar internamente ações de desenvolvimento sustentável, promovendo treinamento aos profissionais das áreas comerciais e de crédito do Alfa e alertando seus clientes quanto à necessidade do cumprimento das cláusulas contratuais relacionadas à responsabilidade socioambiental para o desembolso das operações de crédito e o transcurso normal destas operações.

6. Compliance

Monitorar o cumprimento dos dispositivos desta Política, avaliando a aderência das práticas aos princípios e regras definidos.

7. Gestão de Riscos

Auxiliar na elaboração de planos de ação para a total implantação da Política e o cumprimento de suas diretrizes.

Controlar, documentar e armazenar os dados das perdas oriundas de questões socioambientais, contabilizando-as em uma conta específica, podendo esta ser incorporada ao plano de contas de risco operacional. Os dados deverão ser armazenados por um período de 5 (cinco) anos.

8. Recursos Humanos

Implantar, conscientizar e disseminar internamente os preceitos desta Política como importante instrumento de sustentabilidade de negócios.

Promover, juntamente com as Unidades de Negócios, treinamentos sobre o tema para todos os colaboradores do Alfa.

Coletar, documentar e armazenar informações de cunho socioambiental que refletem a ação consciente da utilização de recursos naturais, energia, cumprimento das práticas trabalhistas e treinamento de seus colaboradores.

9. Jurídico

Elaborar e atualizar, sempre que necessário, as cláusulas socioambientais dos contratos firmados com clientes, investidores, fornecedores e prestadores de serviços.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Pública | Public

Analisar e apontar eventuais riscos legais a que o Alfa possa estar exposto em processos judiciais de cunho socioambiental e de corrupção, assim como no recebimento de um bem imóvel em garantia.

10. Superintendência de ESG

Desenvolver conjuntos de valores e critérios com o objetivo de melhorar o relacionamento das empresas do Conglomerado com o meio ambiente e a sociedade. Incorporar questões sociais, ambientais e de governança em nossos negócios; nas práticas de investimentos

5.2 Descrição dos controles internos

- a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Área de Controles Internos atende ao Conglomerado Financeiro, composto pelo Banco Alfa de Investimento, Banco Alfa, Alfa Financeira, Alfa Leasing e Alfa Corretora e realiza o monitoramento das atividades com o objetivo de assegurar que estejam aderentes às legislações vigentes e às normas internas pertinentes às suas atividades, bem como prover e utilizar controles para atender essas normas.

Para tanto, foi contratado o Sistema de Controles Internos – SCI, para cadastramento e monitoramento da execução dos principais controles realizados no Conglomerado, mantendo registro de todas as respostas oferecidas pelos responsáveis das atividades

Na visão do Emissor, o grau de eficiência dos atuais sistemas de controles internos é plenamente satisfatório. Tal opinião é referendada no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2022 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa. Nesse relatório, o Auditor conclui o seguinte: “*Como resultado dos nossos procedimentos não identificamos deficiências significativas de controle interno ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares a serem reportados*”.

Entretanto, existem ações em andamento que sempre visam a aperfeiçoar e ampliar os atuais níveis de controles internos, de forma a assegurar que as informações constantes nas demonstrações financeiras do Conglomerado sejam totalmente confiáveis.

- b. estruturas organizacionais envolvidas.

A Gerência de Controles Internos é a área responsável pela avaliação, implantação e monitoramento dos pontos de controles internos. Essa Gerência está subordinada à Gerência Geral de *Compliance* e está à Diretoria de Operações, cujas responsabilidades estão relacionadas a todas as atividades inerentes aos processos administrativos do Conglomerado. A Diretoria de

5.2 Descrição dos controles internos

Operações subordina-se diretamente à Diretoria Executiva, e está ao Conselho de Administração.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria de Operações do Emissor. O Gerente Geral da Gerência de Controles Internos é o responsável por apurar e reportar ao Diretor de Operações a ocorrência de eventuais descumprimentos dos controles internos.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Conforme acima mencionado, não há no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2021 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa qualquer menção quanto à deficiência significativa ou recomendação relativa a controles internos.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Considerando não terem sido apontadas deficiências no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2022 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa os diretores concordaram com as conclusões do relatório.

5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

O Conglomerado Alfa possui as políticas relacionadas abaixo, com o objetivo, dentre outros, de definir as regras, políticas e procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:

- ✓ Conceitos básicos e linha de atuação;
- ✓ Código de Ética e Conduta;
- ✓ Política de *Compliance*;
- ✓ Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT);
- ✓ Abordagem Baseada em Riscos;
- ✓ Política Anticorrupção;
- ✓ Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta;
- ✓ Manual de Instruções –Calculadora de Risco e
- ✓ Manual de Instruções –PLD/CFT.

Os Manuais de Instruções e as Políticas são atualizados periodicamente, no mínimo anualmente e sempre que houver alteração relevantes legais ou operacionais.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os monitoramentos são realizados pela Gerência Geral de Compliance, subordinada à Diretoria de Gestão de Riscos, e auditados pela Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração.

Os procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições e responsabilidades, estão descritos nas políticas relacionadas no item anterior (i).

Ademais, o Código de Ética e Conduta, Política de Compliance e Política de PLDFT estão sendo periodicamente atualizados e todos os esses documentos são aprovados pelo Conselho de Administração.

5.3 Programa de integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta, aprovado pela Diretoria e referendado no Conselho de Administração, abrange os administradores, funcionários, prepostos, procuradores, acionistas, fornecedores, prestadores de serviço e colaboradores.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Visando o constante aperfeiçoamento do quadro de colaboradores, o Conglomerado Financeiro Alfa disponibiliza diversos cursos com o objetivo de capacitar e aprimorar os conhecimentos com relação aos temas Segurança da Informação, Lei Anticorrupção, Risco Operacional, Controles Internos, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Responsabilidade Socioambiental, FATCA e Ética.

Adicionalmente são aplicados cursos de reciclagem em (PLD/CFT) aos funcionários e colaboradores, na modalidade *online*, a cada 3 anos, bem como são realizados treinamentos presenciais sobre PLD/CFT aos Superintendentes, Gerentes Gerais, Comerciais e Operacionais das Diretorias *Corporate, Private, Financeira e Leasing*, e das áreas de câmbio e cadastro, com periodicidade anual.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código estão previstas no próprio Código de Ética e Conduta, no Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta e no Manual de Instruções –PLD/CFT.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta, atualizado em Novembro/22, aprovado pela Diretoria e referendado no Conselho de Administração, está divulgado na intranet, no endereço eletrônico:

<https://bancoalfacombr.sharepoint.com/sites/PortalAlfa-home/SitePages/Livro-Azul.aspx>

5.3 Programa de integridade

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias é interno.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de funcionários e de terceiros.

O canal de denúncias está divulgado na intranet para os funcionários e colaboradores, no endereço: <https://bancoalfacombr.sharepoint.com/sites/PortalAlfa-para-voce/SitePages/Canal-de-Den%C3%BAncias---Colaborador.aspx> para o público em geral, na rede mundial de computadores, no endereço: <https://bancoalfa.com.br>.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**
- Sim. Juntamente com o canal de denúncia é divulgado o regulamento, que contém os seguintes dizeres: A área de Cultura, Gente & Gestão disponibiliza esse canal para tornar a comunicação mais próxima com todos os colaboradores em temas relacionados a desvios de conduta de maneira geral. Fique tranquilo(a), pois todo o processo pode ser realizado de maneira confidencial. Além desse canal, as denúncias também podem ser realizadas diretamente com a Ouvidoria no telefone: (11) 3175-5100.
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Ouvidoria e Auditoria Interna.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Os procedimentos adotados são os constantes nas políticas mencionadas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a

5.3 Programa de integridade

administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável (O Alfa possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública).

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o Emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, em relação ao exercício anterior.

5.5 Outras informações relevantes

Não há informações adicionais relevantes a serem prestadas pelo Emissor.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
					Composição capital social

ALASKA POLAND FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

05.775.774/0001-08	Brasil	Não	Não	28/03/2016	
Não			Física		
1.100.600	1,874	15.846.980	35,848	16.947.580	16,463
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social
Preferencial Classe A	15.846.980	35,848	35,848		15,394

BANCO SAFRA S.A

58.160.789/0001-28	Brasil	Não	Sim	11/10/2023	
Não			Física		
975	0,002	825	0,002	1.800	0,002
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social
Preferencial Classe A	825	0,002	0,002		0,001

CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

02.809.488/0001-28	Brasil	Não	Sim	09/03/2017	
Não			Física		
16.776.729	28,563	9.197.194	20,805	25.973.923	25,231
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social
Preferencial Classe A	9.197.194	20,805	20,805		8,934

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
FASA PARTICIPAÇÕES S.A.					
50.235.089/0001-43	Brasil	Sim	Sim	17/04/2023	
Não			Física		
34.740.000	59.146	22.150	0,050	34.762.150	33,768
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe A	22.150	0,050	0,050	0,022	
MARIO SLERCA JUNIOR					
007.592.017-49	Brasil	Não	Não	30/04/2016	
Não			Física		
930.100	1.584	3.174.100	7.180	4.104.200	3,987
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe A	3.174.100	7,180	7,180	3.083	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
157.800	0,269	132.200	0,299	290.000	0,282
OUTROS					
5.030.065	8.564	15.832.838	35.816	20.862.903	20,267
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
58.736.269	57.057	44.206.287	42.943	102.942.556	100,000
Composição capital social					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
ALASKA POLAND FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES					05.775.774/0001-08
LUIZ ALVES PAES DE BARROS					
272.014.578-53	Brasil	Não	Não	31/03/2022	
		Não	Física		
69.728.195	76,576	0	0,000	69.728.195	76,576
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
21.328.803	23,424	0	0,000	21.328.803	23,424
TOTAL					
91.056.998	100,000	0	0,000	91.056.998	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.					02.809.488/0001-28
ALFA HOLDINGS S/A.					
17.167.396/0001-69	Brasil	Não	Sim	29/12/2016	
			Física		
73.468.672	43.555	0	0,000	73.468.672	43.555
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.					
17.193.806/0001-46	Brasil	Não	Sim	29/12/2016	
			Física		
95.211.988	56.445	0	0,000	95.211.988	56.445
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.		02.809.488/0001-28			
168.680.660	100,000	0	0,000	168.680.660	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
FASA PARTICIPAÇÕES S.A.					50.235.089/0001-43
ALFA HOLDINGS S/A.					
17.167.396/0001-69	Brasil	Sim	Sim	17/04/2023	
Não			Física		
17.380.600	50,031	11.277	50,912	17.391.877	50,031
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.					
17.193.806/0001-46	Brasil	Sim	Sim	17/04/2023	
Não			Física		
17.359.400	49,969	10.873	49,088	17.370.273	49,969
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações Unidade									
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social					
FASA PARTICIPAÇÕES S.A.									
50.235.089/0001-43									
34.740.000	99,936	22.150	0,064	34.762.150	100,000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
ALFA HOLDINGS S/A.					17.167.396/0001-69
BANCO SAFRA S.A					
58.160.789/0001-28	Brasil	Não	Sim	11/10/2023	
			Física		
41.031.698	89.177	8.594.343	22,224	49.626.041	58,603
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe B	5.714.586	23,462	14.778	6.748	
Preferencial Classe A	2.879.757	20,119	7.447	3.401	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
4.979.934	10.823	30.076.294	77.776	35.056.228	41,397
TOTAL					
46.011.632	54.334	38.670.637	45.666	84.682.269	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
ALFA HOLDINGS S/A.					17.167.396/0001-69
BANCO SAFRA S.A					
58.160.789/0001-28	Brasil	Não	Sim	11/10/2023	
			Física		
41.031.698	89.177	8.594.343	22,224	49.626.041	58,603
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe B	5.714.586	23,462	14.778	6.748	
Preferencial Classe A	2.879.757	20,119	7.447	3.401	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
4.979.934	10.823	30.076.294	77.776	35.056.228	41,397
TOTAL					
46.011.632	54.334	38.670.637	45.666	84.682.269	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.					17.193.806/0001-46
BANCO SAFRA S.A					
58.160.789/0001-28	Brasil	Não	Sim	11/10/2023	
			Física		
34.378.980	85.107	6.404.180	19,260	40.783.160	55,377
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe D	309.667	15,036	0,931	0,420	
Preferencial Classe E	1.066.161	15,773	3,206	1,448	
Preferencial Classe F	4.714.366	21,708	14,178	6,401	
Preferencial Classe A	31.128	18,873	0,094	0,042	
Preferencial Classe B	230.293	9.883	0,693	0,313	
Preferencial Classe C	52.565	23,908	0,158	0,071	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
6.015.952	14,893	26.847.276	80.740	32.863.228	44,623
TOTAL					
40.394.932	54,850	33.251.456	45,150	73.646.388	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA				
ACIONISTA				
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
Detalhamento de ações Unidade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.			17.193.806/0001-46	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.					17.193.806/0001-46
BANCO SAFRA S.A					
58.160.789/0001-28	Brasil	Não	Sim	11/10/2023	
			Física		
34.378.980	85.107	6.404.180	19,260	40.783.160	55,377
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe D	309.667	15,036	0,931	0,420	
Preferencial Classe E	1.066.161	15,773	3,206	1,448	
Preferencial Classe F	4.714.366	21,708	14,178	6,401	
Preferencial Classe A	31.128	18,873	0,094	0,042	
Preferencial Classe B	230.293	9.883	0,693	0,313	
Preferencial Classe C	52.565	23,908	0,158	0,071	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
6.015.952	14,893	26.847.276	80.740	32.863.228	44,623
TOTAL					
40.394.932	54,850	33.251.456	45,150	73.646.388	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA				
ACIONISTA				
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
Detalhamento de ações Unidade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.		17.193.806/0001-46		

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/03/2022
Quantidade acionistas pessoa física	13.206
Quantidade acionistas pessoa jurídica	542
Quantidade investidores institucionais	88

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	5.960.165	10,147%
Quantidade preferenciais	19.006.938	42,996%
Total	24.967.103	24,253%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	19.006.938	42,996%
------------------------------	------------	---------

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BANCO ALFA S.A.	03.323.840/0001-83	80,00

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

O organograma não está inserido.

6.6 Outras informações relevantes

O controle societário do Banco Safra S.A. é exercido em conjunto por Vicky Safra, Jacob Joseph Safra, Alberto Joseph Safra, David Joseph Safra e Esther Safra Dayan.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. **principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

O emissor possui uma Política de Sucessão de Administradores que dispõe que eleitos para compor os órgãos de administração atenderão às condições previstas na regulamentação e legislação vigentes e deverão apresentar boa reputação, reconhecimento e estatura para o cargo.

No processo de seleção dos administradores será levada em consideração a capacidade técnica de cada candidato, por meio da análise de seu currículum acadêmico, de sua experiência profissional, de informações obtidas no mercado e de sua disposição para contínuo aperfeiçoamento, e de conhecimentos que possam ser agregados às áreas que irá administrar.

Será verificada a capacidade gerencial do candidato, em especial sua habilidade de organização, direção e controle, para que consiga explorar ao máximo o potencial de sua equipe. Pontos importantes também a serem considerados serão a qualidade do relacionamento que conseguirá manter com seus pares administradores e sua estabilidade profissional. A esses fatores se soma o fator essencial que é a plena e efetiva identificação do candidato com a filosofia das empresas.

Serão analisadas, ainda, a capacidade de liderança, de comunicação e trabalho, de forma a verificar se tais habilidades serão suficientes para promover o envolvimento e o engajamento de todos aqueles responsáveis pelo desenvolvimento das empresas, bem como para manter e aumentar os relacionamentos com os clientes.

Todos os candidatos devem ter conhecimento da regulamentação e legislação vigentes, das normas internas, dos Conceitos Básicos e Linha de Atuação e do Código de Ética e Conduta do emissor, principalmente daquelas regras inerentes às atividades específicas a serem desempenhadas durante o mandato dos Administradores.

O emissor valoriza candidatos com experiência em diferentes segmentos do mercado financeiro, conforme a oportunidade, e com características de idoneidade e estabilidade, de forma a permanecerem na organização pelo tempo necessário para o seu desenvolvimento e efetiva contribuição ao emissor.

A referida Política não está divulgada no site do emissor.

- b. **se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

- i. **a periodicidade das avaliações e sua abrangência**

Avaliação por Competência é feita anualmente e a gestão de metas trimestralmente para todos os colaboradores

- ii. **metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**

Na avaliação por competências utilizamos o modelo 180° (autoavaliação e avaliação do gestor) no qual nossos colaboradores são avaliados por até 5 competências institucionais com a régua de 1 (Raramente demonstra

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

esse comportamento) até 4 (Domina e pratica esse comportamento com muita frequência).

Após a conclusão da apuração de metas, encerramos o processo de avaliação cruzando os dados de Competências X Performance através Comitês de Carreira com a ferramenta 9Box.

- iii. **se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**
Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

- Ofertas Públicas

O Conglomerado Alfa estabeleceu procedimentos relacionados à coordenação / intermediação de ofertas públicas, os quais todos os colaboradores (BAI e ACCVM) em exercício da atividade deverão seguir:

- Priorizar os interesses do cliente e não os interesses próprios ou de pessoas vinculadas ao colaborador;
- Esclarecer ao cliente que o Alfa possui políticas internas que norteiam os procedimentos adotados por suas áreas;
- Os dados das operações e de seus clientes são mantidos sob padrão rígido de segurança;
- Agir com transparência ao cliente em situações de potencial conflito de interesse, além de informar sobre as ações adotadas para mitigar tais ocorrências. A comunicação de potencial conflito de interesse com clientes se dará de notificação formal com aviso de recebimento, podendo ser de forma física, eletrônica ou via contato telefônico em ramais gravados.
- Realizar a comunicação interna a todos os colaboradores sobre o período de silêncio das ofertas públicas

Em paralelo o Alfa possui um Sistema de Controles Internos (SCI), onde são inseridos e constam os controles relacionados às Ofertas Públicas e Informações Relevantes Não Públicas. Tais controles devem ser acessados e respondidos por cada colaborador responsável por uma determinada ação. No SCI ficam registrados as ações e comentários de cada profissional permitindo que, de tempos em tempos, a equipe de Controles Internos possa realizar testes a respeito dos assuntos.

- Colaborador

O colaborador, ao ingressar no Conglomerado, deve passar pelo processo de “Conheça seu Funcionário”, complementar ao processo de contratação e executado pela área de Compliance que avalia informações importantes para identificação de possíveis conflitos de interesse do colaborador, tais como (mas não se limitando a): participação em empresas, grau de parentesco com algum colaborador, prestador de serviço ou parceiro de negócios do Conglomerado ou se tem ou teve alguma relação com pessoa politicamente exposta.

Para mais informações consultar a Política Conheça Seu Colaborador (KYE) e o Código de Ética e Conduta, ambos disponíveis no Portal Alfa.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- Atividades Externas

Aplica-se a qualquer colaborador que exerce funções não associadas às suas atividades desempenhadas no Conglomerado de forma a atingir objetivos pessoais e cobre as atividades externas que o colaborador já exerceia previamente à sua entrada, bem como as que planeja exercer.

O exercício dessas atividades deve ser declarado de modo a ser avaliado em relação ao risco de conflito de interesses ou risco reputacional.

O colaborador que exerce, antes de sua entrada no Conglomerado, ou tenha intenção em exercer atividades externas, deve submeter as informações à análise do Compliance.

Para mais informações consultar a Política Conheça Seu Colaborador (KYE) e o Código de Ética e Conduta, ambos disponíveis no Portal Alfa.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão	Nº de membros	Gênero
Conselho de Administração	3	0 Feminino 3 Masculino
Diretoria	5	0 Feminino 5 Masculino
Conselho Fiscal	3	0 Feminino 3 Masculino

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão	Nº de membros	Cor
Conselho de Administração	3	3 brancos
Diretoria	5	5 brancos
Conselho Fiscal	3	3 brancos

iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

Visando promover uma cultura de ética e inclusão, de abrangência geral para todo o Conglomerado Financeiro Alfa, foram implementadas algumas agendas de tais como (i) pilar dedicado à Diversidade, Equidade e Inclusão (ii) publicação de políticas de Direitos Humanos e de Diversidade, Equidade e Inclusão; (iii) realização do censo de diversidade com o propósito de orientar ações específicas (iv) vários eventos de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

conscientização; (v) adoção de entrevistas às cegas a seleção de profissionais nos cargos iniciais de carreira

Todavia, especificamente quanto aos órgãos de administração ou do conselho fiscal, não há metas definidas.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

Papel do Conselho de Administração: Aprovar e revisar, no mínimo a cada 3 (três) anos, a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, manifestando-se expressamente, quando necessário, acerca das ações a serem implementadas para a correção de eventuais deficiências constatadas;

Papel da Presidência: Aprovar e tornar efetiva a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, revisando-a no mínimo a cada 5 (cinco) anos, além de acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências apontadas nos controles correlatos a esta atividade.

Ademais, o tema é apresentado e debatido mensalmente no Comitê Operacional de Gerenciamento de Riscos e os principais tópicos destas reuniões são submetidos ao Comitê de Riscos e Conselho de Administração para ciência e recomendações cabíveis.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	4	0	0	0
TOTAL = 19	0	19	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	4	0	0	0	0	0
TOTAL = 19	0	19	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

- a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração.**

Os comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração são o comitê de remuneração e o comitê de auditoria.

- b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Emissor não possui uma política formalizada de contratação de serviço de extra auditoria.

- c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração**

Assuntos dos pilares estratégicos de ESG (Responsabilidade Social; Diversidade, Equidade e Inclusão; Inovação; Engajamento Institucional e Produtos) são reportados, em reunião ao Conselho regularmente.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: ADILSON HERRERO

CPF: 856.973.628-20

Profissão: Engenheiro

Data de Nascimento: 28/09/1953

Experiência Profissional: Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: CEF - Caixa Econômica Federal, Coddera Software Ltda., A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda., Viridi Technologies Ltda., IT Planning Serviços Empresariais Ltda. e IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Atualmente ocupa o cargo de Conselheiro de Administração efetivo e membro efetivo do comitê de auditoria no Conglomerado Alfa . Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro Suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2026.	Conselho de Administração (Efetivo)	Membro de comitê.	02/06/2023	Não	03/09/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: AILTON CARLOS CANETTE **CPF:** 287.580.728-53 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 10/07/1949

Experiência Profissional: Membro efetivo do Conselho de Fiscal Financeira Alfa S.A. – CFI e membro suplente do Conselho de Fiscal do Consórcio Alfa de Administração S.A. Exerceu o cargo de Diretor de "Private Banking" do emissor até abril de 2010. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Não exerce.	05/06/2023	Não	03/07/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA **CPF:** 269.855.436-34 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 06/05/1957

Experiência Profissional: Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa S.A.; e (ii) Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.. No Banco Alfa S.A. e na Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.. exerceu o cargo de Diretor. Atualmente é membro efetivo do conselho de administração do Banco Alfa de Investimento S.A., e exerce como diretor na Alfa Holdings S.A e no Consórcio Alfa de Administração S.A.. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O conselheiro suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2026.	Conselho de Administração (Suplente)	Membro de comitê.	02/06/2023	Não	10/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: ANTONIO JOSÉ AMBROZANO NETO **CPF:** 132.474.888-55 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 30/10/1970

Experiência Profissional: Trinta e dois anos de experiência na área bancária, dos quais oito trabalhando no exterior, New York e Miami, em Private Banking e Corporate Finance. Há 13 anos como diretor estatutário do Conglomerado Financeiro Alfa, tendo sido responsável pela diretoria de Private Banking, Financeira e Leasing e, desde 2015, Diretor de Operações, Tecnologia e Inovação do Conglomerado Alfa. Ampla experiência em gestão de equipes, negociação e relacionamento com clientes e fornecedores. Mestrado em finanças pelo Insper-SP, concluído em 2004. Cursos de especialização em gestão de portfólios, produtos e indústria bancária internacional, na New York University e New York Institute of Finance, além de curso de liderança, inovação e estratégia, realizado em 2017, na FDC/Northwestern Kellogg. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.	Outros Diretores	Não exerce.	05/07/2023	Não	01/08/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: CARLOS DOS SANTOS **CPF:** 221.432.897-15 **Profissão:** Economista e Contador **Data de Nascimento:** 01/01/1951

Experiência Profissional: Formado em economia e ciências contábeis, atuou de 1997 a 1999 como diretor na Cia Real de Seguros, de 1999 até 2021 como diretor nas empresas Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2023	Ate a posse dos eleitos na AGO de 2026	Conselho de Administração (Suplente)	Não exerce.	02/06/2023	Não	02/06/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER **CPF:** 128.492.178-67 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 22/08/1963

Experiência Profissional: Formado em Direito, é Presidente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A.. Atua também como Diretor Presidente na Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração S.A. De 12/2015 a atual - Sócio no Christophe Cadier Advogados. Funções: atuação nos mercados financeiro e de capitais; contratos; societário; planejamento patrimonial e sucessório; investimento no Brasil e no exterior e Mamp;A; arbitragem; regularização de ativos no exterior; e compliance. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Presidente do Conselho de Administração declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2023	Até a posse dos eleitos da AGO de 2026.	Presidente do Conselho de Administração	Membro de comitê.	02/06/2023	Não	10/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: CLAUDEMIR ZERBINATTI **CPF:** 940.089.818-53 **Profissão:** Contador e Advogado **Data de Nascimento:** 10/02/1959

Experiência Profissional: De agosto/2017 a março/2019 acumulou os cargos de Gerente Geral Tributário e Gerente Geral de Recursos Humanos no Conglomerado Financeiro Alfa. A partir de abril/2019 e até março/2021 dedicou-se somente às áreas de Recursos Humanos, Atendimento a Órgãos Reguladores e Atendimento a Acionistas. Atualmente é membro suplente do conselho fiscal das empresas do Conglomerado Alfa. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2026.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	Não exerce.	05/06/2023	Não	08/08/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável.

Nome: FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA

CPF: 206.299.018-99

Profissão: Contador

Data de Nascimento: 01/11/1976

Experiência Profissional: Formado em Economia e em Ciências Contábeis, com MBA em Finanças, possui mais de 20 anos de experiência nas áreas financeira, contábil, auditoria e consultoria. Iniciou sua carreira na Deloitte Auditores Independentes, tendo ocupado o cargo de Gerente Sênior e ter sido responsável por auditorias e projetos de consultoria no Brasil e no exterior. De 2010 a 2013, trabalhou no Banco Caixa Geral Brasil, tendo ocupado o cargo de Controller. Desde 2013, exerce o cargo de Diretor do Conglomerado Financeiro Alfa, tendo como principais atribuições dirigir a Controladoria, sendo o responsável pelas demonstrações financeiras e políticas contábeis do Banco e controladas, além dos resultados e informações gerenciais e planejamento tributário. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGOE de 2024.	Outros Diretores	Membro de Comitê	10/07/2023	Não	20/06/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: FÁBIO ALBERTO AMOROSINO

CPF: 073.874.508-11

Profissão: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 10/06/1966

Experiência Profissional: Em 03/2009 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente do Banco Alfa de Investimento S.A., sendo as suas principais atribuições: estabelecer as normas de condução dos negócios sociais sob orientação do Conselho de Administração; Apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos aos pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A partir de 04/2020 também passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente da Financeira Alfa S.A. – CFI, Banco Alfa S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A. Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas Diretor e Diretor Presidente - Banco Alfa de Investimento S.A. e Financeira Alfa S.A. – CFI. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.	Diretor Presidente / Superintendente	Membro de Comitê	05/07/2023	Não	02/06/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: FELIPE BARBOSA DA SILVEIRA E SILVA **CPF:** 269.366.838-78 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 14/01/1977

Experiência Profissional: Formado em Direito pela Universidade de São Paulo. Trabalhou de 2011 a 2020 no Banco Safra, como Superintendente, gerindo de equipes, tendo agregado novas atribuições e responsabilidades ao longo da carreira na instituição, coordenando diretamente os escritórios estrangeiros responsáveis pela ação judicial iniciada pela instituição contra Samarco, Vale e BHP buscando indenização por perdas decorrentes da desvalorização de seus bonds em virtude do desmoronamento da barragem em Mariana, MG, de 2008 a 2010 atuou como Advogado Sênior, acumulando a função de Compliance Officer no Banco WestLB do Brasil S.A. (Atual Banco Mizuho S.A.), de 2002 a 2008 autou como advogado Advogado Sênior no Banco Safra S.A. Atualmente é diretor do jurídico do Conglomerado Financeiro Alfa. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/03/2023	Ate a posse dos eleitos na AGO de 2024.	Outros Diretores	Membro de comitê	05/07/2023	Não	10/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: FERNANDO PINTO DE MOURA **CPF:** 039.593.927-53 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 07/09/1941

Experiência Profissional: No Instituto Alfa de Cultura exerce o cargo de Diretor e têm como principais atribuições: selecionar os projetos culturais dos quais o Instituto venha a participar; levantar balanços e elaborar orçamentos; contratar e demitir funcionários, especificando as atribuições; representar o Instituto, ativa e passivamente. Na Financeira Alfa S.A. exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho Fiscal. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Não exerce.	05/06/2023	Não	10/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: JUSCELINO SILVIO FLORIDO **CPF:** 018.696.908-26 **Profissão:** Bacharel em Direito **Data de Nascimento:** 08/09/1960

Experiência Profissional: Formado em Direito. Ingressou no Banco Real de Investimento (Emissor) em 1982, tendo passado por várias áreas, tais como Empréstimos, Tesouraria, Contabilidade de Fundos, Gestão de Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Variável. A partir de 1998 passou a atuar no Banco Alfa de Investimento. Em dezembro/2009 assumiu o cargo de Superintendente de Tesouraria. Foi eleito Diretor do Emissor como responsável pela área de Tesouraria em 03/06/2019. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A... Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	Até a posse dos eleitos da AGO de 2024.	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinistas	Não exerce.	05/06/2023	Não	10/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: LUIZ ALVES PAES DE BARROS

CPF: 272.014.578-53

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 22/09/1947

Experiência Profissional: É membro efetivo do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A., tendo como principais atribuições fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2026.	Conselho de Administração (Efetivo)	Não exerce.	02/06/2023	Não	28/06/2011

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: MARCELO BORBA BAUER

CPF: 976.248.297-20

Profissão: Administrador de Empresa

Data de Nascimento: 03/06/1970

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, MGR - Master Gestão de Riscos: Riscos pelo Insper. De janeiro/2019 a junho/2020 atuou como Superintendente Executivo no Banco Santander, responsável pelo Segmento de Concessionárias, Parcerias e Novos Negócios na Santander Financiamentos. Atualmente é diretor comercial da Financeira Alfa S.A – CFI. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGOE de 2024.	Outros Diretores	Não exerce.	05/07/2023	Não	04/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: NELSON MARCELINO **CPF:** 279.391.708-72 **Profissão:** Consultor **Data de Nascimento:** 09/04/1948

Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Alfa Holdings S.A.; (ii) Banco Alfa de Investimento S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Financeira Alfa S.A. CFI. Exerce no Consórcio Alfa de Administração S.A., na Financeira alfa S.A.CFI, o cargo de Conselheiro Fiscal Efetivo e no Banco Alfa de Investimento S.A. e no Alfa Holdings S.A., o cargo de Conselheiro Fiscal Suplente. Não sofreu qualquer condenação em processo administrativo na CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercia. Não se declara como pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.	C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	Não exerce	05/06/2023	Não	03/07/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: PAULO CAIO FERRAZ DE SAMPAIO **CPF:** 694.546.208-00 **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 18/11/1952

Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Alfa Holdings S.A.; (ii) Banco Alfa de Investimento S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Financeira Alfa S.A. CFI; (v) Comgás Companhia de Gás de São Paulo; (vi) Companhia Iguacu de Café Solúvel; (vii) Guepardo Desenvolvimento Urbano Ltda. SP; e (viii) Cobrasco S.A. São Paulo - cargo e funções inerentes ao cargo: Exerce no Banco Alfa de Investimento S.A., na Alfa Holdings S.A., no Consórcio Alfa de Administração S.A., na Financeira alfa S.A.CFI, o cargo de Conselheiro Fiscal Efetivo. Não sofreu qualquer condenação em processo administrativo na CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial. Não se declara como pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	Não exerce.	05/06/2023	Não	01/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: RUBEM CLÓVIS ROCHA CECCHINI **CPF:** 013.078.798-10 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 05/08/1961

Experiência Profissional: Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Águas Prata Ltda., La Basque Ltda.. Na Águas Prata Ltda. e na La Basque Ltda. ocupa o cargo de diretor. Águas Prata Ltda e La Basque Ltda são sociedades integrantes do Conglomerado Alfa. É membro suplente do Conselho de Administração do banco alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A, alfa Holdings S.A e do Consórcio Alfa de Administração S.A. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, nem qualquer condenação em processo administrativo da CVM. Também não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2026.	Conselho de Administração (Suplente)	Não exerce.	02/06/2023	Não	10/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: VALTER DOS SANTOS **CPF:** 805.308.778-72 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 30/11/1955

Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos atua como Conselheiro Fiscal nas empresas do Conglomerado Alfa. Não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.	C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	Não exerce.	05/06/2023	Não	03/07/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: WILSON ROBERTO BODANI FELLIN

CPF: 052.488.418-87

Profissão: Advogado

Data de Nascimento: 05/01/1946

Experiência Profissional: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:- nome da empresa: Wilson Roberto Bodani Fellin, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais em Escritório de Advocacia próprio, bem como na Financeira Alfa S.A. – CFI. - cargo e funções inerentes ao cargo: Exerce cargo de membro Suplente do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. – CFI, sendo as suas principais atribuições, na vacância do membro Efetivo, as seguintes: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor. A Financeira Alfa S.A. é instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa. Atua em escritório próprio, que não pertence a qualquer grupo econômico. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas - Exerce o cargo de Conselheiro Fiscal na Financeira Alfa S.A. – CFI. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		05/06/2023	Não	02/07/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.4 Composição dos comitês

Nome: ADILSON HERRERO **CPF:** 856.973.628-20 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/09/1953

Experiência Profissional:

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: CEF - Caixa Econômica Federal, Coderra Software Ltda., A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda., Viridi Technologies Ltda., IT Planning Serviços Empresariais Ltda. e IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Atualmente ocupa o cargo de Conselheiro de Administração efetivo e membro efetivo do comitê de auditoria no Conglomerado Alfa . Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro Suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	22/07/2020	Até a posse dos eleitos na RCA de 2025.			22/07/2020	Não	22/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: AILTON MOLINA**CPF:** 053.856.498-99**Profissão:** Economista**Data de Nascimento:** 01/11/1961**Experiência Profissional:****Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/09/2019	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Crédito		19/09/2019	Não	19/09/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: ANGELO MAGNO DE AVILA**CPF:** 548.086.006-25**Profissão:** Administrador de Empresas**Data de Nascimento:** 24/10/1969**Experiência Profissional:****Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/05/2022	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Crédito		25/05/2022	Não	25/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA **CPF:** 269.855.436-34 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 06/05/1957

Experiência Profissional:

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa S.A.; e (ii) Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.. No Banco Alfa S.A. e na Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.. exerceu o cargo de Diretor. Atualmente é membro efetivo do conselho de administração do Banco Alfa de Investimento S.A., e exerce como diretor na Alfa Holdings S.A e no Consórcio Alfa de Administração S.A.. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O conselheiro suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/07/2009	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Administração de Recursos de Terceiros - CART		20/07/2009	Não	20/07/2009
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	01/01/2008	Membro do Comitê de Administração de Recursos de Terceiros - CART			01/01/2008	Não	01/01/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: BRENO PEREZ VICENTE

CPF: 311.100.578-06

Profissão: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 06/05/1983

Experiência Profissional:

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado-FAAP, pós-graduado em Finanças pelo Ibmec SP, possui MBA Executivo em Finanças pelo Ibmec SP, MBA Executivo em Crédito pela Saint Paul | Moody's, Executive MBA pela Fundação Dom Cabral ???FDC, pós MBA e STC pela Fundação Dom Cabral e Kellogg School of Management. Ingressou no Banco Alfa de Investimento (Emissor) através do programa de trainee no ano de 2006, e fez carreira no Corporate Banking passando por vários cargos, tais como Trainee, Gerente, Superintendente Corporate e Large Corporate. Em agosto/22 foi eleito Diretor do Banco Alfa de Investimento (Emissor) como responsável pela área de Corporate amp; Investment Banking. O Banco Alfa de Investimento S.A. (Emissor) é instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/08/2022	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Crédito		16/08/2022	Não	16/08/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: CASSIA TOYOKO MORIYA WATANABE **CPF:** 103.255.158-59 **Profissão:** Ciências da Computação **Data de Nascimento:** 05/10/1968

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	01/09/2020	Não aplicável, pois a constituição do Comitê é uma decisão institucional.			01/09/2020	Não	01/09/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER **CPF:** 128.492.178-67 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 22/08/1963

Experiência Profissional: Formado em Direito, é Presidente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A.. Atua também como Diretor Presidente na Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração S.A. De 12/2015 a atual - Sócio no Christophe Cadier Advogados. Funções: atuação nos mercados financeiro e de capitais; contratos; societário; planejamento patrimonial e sucessório; investimento no Brasil e no exterior e Mamp;A; arbitragem; regularização de ativos no exterior; e compliance. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Presidente do Conselho de Administração declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	27/07/2020	Até a posse dos eleitos da RCA que se realizará após a AGO de 2025.			27/07/2020	Não	27/07/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2020	Não aplicável,pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Administração de Recursos de Terceiros - CART		24/04/2020	Não	24/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: CIRDELENE JUSTINO DE SOUZA **CPF:** 817.478.888-34 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 21/05/1953

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	03/07/2019	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.			25/04/2019	Não	03/07/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: DÍOGENES HENRIQUE DA COSTA P. DOS SANTOS **CPF:** 298.191.948-22 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 15/09/1982

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/2020	Não aplicável, pois a constituição do Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Crédito		24/11/2020	Não	24/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA **CPF:** 206.299.018-99 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 01/11/1976

Experiência Profissional: Formado em Economia e em Ciências Contábeis, com MBA em Finanças, possui mais de 20 anos de experiência nas áreas financeira, contábil, auditoria e consultoria. Iniciou sua carreira na Deloitte Auditores Independentes, tendo ocupado o cargo de Gerente Sênior e ter sido responsável por auditorias e projetos de consultoria no Brasil e no exterior. De 2010 a 2013, trabalhou no Banco Caixa Geral Brasil, tendo ocupado o cargo de Controller. Desde 2013, exerce o cargo de Diretor do Conglomerado Financeiro Alfa, tendo como principais atribuições dirigir a Controladoria, sendo o responsável pelas demonstrações financeiras e políticas contábeis do Banco e controladas, além dos resultados e informações gerenciais e planejamento tributário. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	01/10/2013	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional			01/10/2013	Não	01/10/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: FÁBIO ALBERTO AMOROSINO **CPF:** 073.874.508-11 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 10/06/1966

Experiência Profissional: Em 03/2009 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente do Banco Alfa de Investimento S.A., sendo as suas principais atribuições: estabelecer as normas de condução dos negócios sociais sob orientação do Conselho de Administração; Apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos aos pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A partir de 04/2020 também passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente da Financeira Alfa S.A. – CFI, Banco Alfa S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A. Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas Diretor e Diretor Presidente - Banco Alfa de Investimento S.A. e Financeira Alfa S.A. – CFI. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2021	Até a posse dos eleitos da RCA que se realizará após a AGO de 2023.			05/04/2021	Não	05/04/2021
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	01/01/2009	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional			01/01/2009	Não	01/01/2009
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/07/2009	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Administração de Recursos de Terceiros - CART		20/07/2009	Não	20/07/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: FABIO DE SARANDY RAPOSO **CPF:** 905.640.067-34 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 25/08/1968

Experiência Profissional: Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo – FEA – USP, possui certificado Anbima CPA 20. Profissional com mais de 30 anos de carreira no setor financeiro, em empresas multinacionais de primeira linha. De Abr/2009 – Jan/2020 trabalhou no Banco Caixa Geral – Brasil (Grupo Caixa Geral de Depósitos – Portugal, onde de Nov/2016 - Jan/2020 ocupou o cargo de CEO e Membro do Conselho de Administração, de Jul/2015 - Nov/2016 ocupou Diretor Executivo, de Abr/2009 – Jul/2015 ocupou o cargo de Superintendente de Tesouraria. - Mai/2000 - Abr/2009 trabalhou no ING Bank N.V., onde de Jun/2008 – Abr/2009 atuou como Diretor – Head Trader, de Dez/2006 – Jun/2008 atuou como Vice-Presidente – Head de Câmbio, de Mai/2000 - Nov/2006 atuou como Vice-Presidente – Head da Mesa de NDFs da América Latina. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2020	Não aplicável, pois a constituição deste comitê é uma decisão institucional			01/05/2020	Não	01/05/2020
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	01/06/2020	Não aplicável, pois a constituição do Comitê é uma decisão institucional			01/06/2020	Não	01/06/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: FELIPE BARBOSA DA SILVEIRA E SILVA **CPF:** 269.366.838-78 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 14/01/1977

Experiência Profissional: Formado em Direito pela Universidade de São Paulo. Trabalhou de 2011 a 2020 no Banco Safra, como Superintendente, gerindo de equipes, tendo agregado novas atribuições e responsabilidades ao longo da carreira na instituição, coordenando diretamente os escritórios estrangeiros responsáveis pela ação judicial iniciada pela instituição contra Samarco, Vale e BHP buscando indenização por perdas decorrentes da desvalorização de seus bonds em virtude do desmoronamento da barragem em Mariana, MG, de 2008 a 2010 atuou como Advogado Sênior, acumulando a função de Compliance Officer no Banco WestLB do Brasil S.A. (Atual Banco Mizuho S.A.), de 2002 a 2008 atuou como advogado Advogado Sênior no Banco Safra S.A. Atualmente é diretor do jurídico do Conglomerado Financeiro Alfa. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/2022	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional.	Membro do Comitê de Crédito		10/05/2022	Não	10/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: FERNANDO LEONARDO PESSOA
CPF: 628.310.037-68 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 31/01/1959

Experiência Profissional:**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2006	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Crédito		22/05/2006	Não	22/05/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: FERNANDO PINHEIRO DA PAZ FILHO **CPF:** 357.302.228-66 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 07/11/1988

Experiência Profissional:**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/06/2022	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Crédito		09/06/2022	Não	09/06/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: HUGO BOTELHO BITTENCOURT **CPF:** 267.237.368-00 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 30/11/1974

Experiência Profissional:**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/11/2019	Não aplicável, pois a constituição do Comitê é uma decisão institucional.	Membro do Comitê de Crédito		18/11/2019	Não	18/11/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2020	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Administração de Recursos de Terceiros - CART		24/04/2020	Não	24/04/2020
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	25/04/2019	Não aplicável, pois a constituição do Comitê é uma decisão institucional			25/04/2019	Não	25/04/2019
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2020	Não aplicável, pois a constituição do Comitê é uma decisão institucional.			01/05/2020	Não	01/05/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: HUGO FERREIRA **CPF:** 176.082.638-30 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/03/1975

Experiência Profissional:**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/07/2021	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional.	Membro do Comitê de Crédito		30/07/2021	Não	30/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: MANOEL ELPÍDIO PEREIRA DE QUEIROZ **CPF:** 027.808.138-06 **Profissão:** Engenheiro Agrônomo **Data de Nascimento:** 24/09/1962

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/07/2021	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional.	Membro do Comitê de Crédito		22/07/2021	Não	22/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: MARCELO BORBA BAUER **CPF:** 976.248.297-20 **Profissão:** Administrador de Empresa **Data de Nascimento:** 03/06/1970

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, MGR - Master Gestão de Riscos: Riscos pelo Insper. De janeiro/2019 a junho/2020 atuou como Superintendente Executivo no Banco Santander, responsável pelo Segmento de Concessionárias, Parcerias e Novos Negócios na Santander Financiamentos. Atualmente é diretor comercial da Financeira Alfa S.A – CFI. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/10/2021	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional.	Membro do Comitê de Crédito		18/10/2021	Não	18/10/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: PAULO ALUIZIO MACHADO DE ANDRADE **CPF:** 081.348.047-72 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 06/03/1946

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	03/07/2019	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.			25/04/2019	Não	03/07/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: PAULO RICARDO MANNA SANTOS **CPF:** 352.770.858-82 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 18/08/1986

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/08/2020	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	Membro do Comitê de Crédito		12/08/2020	Não	12/08/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: PEDRO FRANCO TUNHOLI **CPF:** 040.318.929-26 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 03/11/1982

Experiência Profissional:**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/07/2021	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional.	Membro do Comitê de Crédito		16/07/2021	Não	16/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: ROBERTO ALLEGRETTI **CPF:** 334.712.858-30 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 29/06/1981

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	01/08/2019	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional			01/08/2019	Não	01/08/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: ROBERTO CARLOS DE PADUA **CPF:** 821.737.966-15 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 30/07/1973

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/01/2021	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional.	Membro do Comitê de Crédito		04/01/2021	Não	04/01/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: SIDNEI HELFSTEIN JUNIOR **CPF:** 169.388.548-40 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 18/08/1972

Experiência Profissional:**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	02/07/2007	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional			02/07/2007	Não	02/07/2007
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	02/07/2007	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional			02/07/2007	Não	02/07/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: VALERIA FERNANDES DA SILVA **CPF:** 129.940.788-99 **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 21/10/1969

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2021	Até a posse dos eleitos da RCA que se realizará após a AGO de 2023.			05/04/2021	Não	05/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: VICTOR M. TAKAHARA **CPF:** 362.448.768-06 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 11/03/1988

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	01/08/2020	Não aplicável, pois a constituição deste comitê é uma decisão institucional			01/08/2020	Não	01/08/2020

Condenações:

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau entre (a) administradores do Emissor, (b) (i) administradores do Emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do Emissor, (c) (i) administradores do Emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do Emissor ou (d) (i) administradores do Emissor e (ii) administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do Emissor.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

RUBEM CLÓVIS ROCHA CECCHINI
Membro suplente Conselho de Administração

013.078.798-10
N/A

Controle
Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.
Membro suplente Conselho de Administração

17.193.806/0001-46
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

RUBEM CLÓVIS ROCHA CECCHINI
Membro suplente Conselho de Administração

013.078.798-10
N/A

Controle
Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

ALFA HOLDINGS S/A.
Membro suplente Conselho de Administração

17.167.396/0001-69
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

JUSCELINO SILVIO FLORIDO
Membro suplente do Conselho Fiscal

018.696.908-26
N/A

Controle
Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.
Membro suplente do Conselho Fiscal

17.193.806/0001-46
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

Não há.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
JUSCELINO SILVIO FLORIDO Membro suplente do Conselho Fiscal	018.696.908-26 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
FÁBIO ALBERTO AMOROSINO Diretor Presidente	073.874.508-11 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
BANCO ALFA S.A. Diretor Presidente	03.323.840/0001-83 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER Presidente do Conselho de Administração	128.492.178-67 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER	128.492.178-67	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A.	17.167.396/0001-69		
Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER	128.492.178-67	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.	02.809.488/0001-28		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA	269.855.436-34	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Diretor e Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA	269.855.436-34	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
ALFA HOLDINGS S/A. Membro suplente do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
LUIZ ALVES PAES DE BARROS Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
LUIZ ALVES PAES DE BARROS Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro efetivo do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
NELSON MARCELINO Membro efetivo do Conselho Fiscal	279.391.708-72 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46 N/A		Brasileiro(a) - Brasil

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NELSON MARCELINO	279.391.708-72	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
AILTON CARLOS CANETTE	287.580.728-53	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
PAULO CAIO FERRAZ DE SAMPAIO	694.546.208-00	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
PAULO CAIO FERRAZ DE SAMPAIO Membro efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
VALTER DOS SANTOS Membro suplente do Conselho Fiscal	805.308.778-72 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
VALTER DOS SANTOS Membro suplente do Conselho Fiscal	805.308.778-72 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
ADILSON HERRERO	856.973.628-20	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ADILSON HERRERO	856.973.628-20	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
RUBEM CLÓVIS ROCHA CECCHINI	013.078.798-10	Controle	Controlador Direto
Membro suplente Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RUBEM CLÓVIS ROCHA CECCHINI	013.078.798-10	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro suplente Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro suplente Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
JUSCELINO SILVIO FLORIDO	018.696.908-26	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
JUSCELINO SILVIO FLORIDO	018.696.908-26	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
FÁBIO ALBERTO AMOROSINO	073.874.508-11	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
BANCO ALFA S.A. Diretor Presidente	03.323.840/0001-83 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER Presidente do Conselho de Administração	128.492.178-67 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER Presidente do Conselho de Administração	128.492.178-67 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A. Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER Presidente do Conselho de Administração	128.492.178-67 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. Diretor Presidente	02.809.488/0001-28 N/A		Brasileiro(a) - Brasil

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA Membro suplente do Conselho de Administração	269.855.436-34 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Diretor e Membro suplente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA Membro suplente do Conselho de Administração	269.855.436-34 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro suplente do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIZ ALVES PAES DE BARROS Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIZ ALVES PAES DE BARROS Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro efetivo do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NELSON MARCELINO Membro efetivo do Conselho Fiscal	279.391.708-72 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NELSON MARCELINO Membro efetivo do Conselho Fiscal	279.391.708-72 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
AILTON CARLOS CANETTE	287.580.728-53	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
PAULO CAIO FERRAZ DE SAMPAIO	694.546.208-00	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
PAULO CAIO FERRAZ DE SAMPAIO	694.546.208-00	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
VALTER DOS SANTOS	805.308.778-72	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação Não há.			
Administrador do Emissor			
VALTER DOS SANTOS Membro suplente do Conselho Fiscal	805.308.778-72 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação Não há.			
Administrador do Emissor			
ADILSON HERRERO Membro Efetivo do Conselho de Administração	856.973.628-20 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro Efetivo do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação Não há.			
Administrador do Emissor			
ADILSON HERRERO Membro Efetivo do Conselho de Administração	856.973.628-20 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A		Brasileiro(a) - Brasil

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Observação</u>			
Não há.			

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

ADILSON HERRERO	856.973.628-20	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ALFA HOLDINGS S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

ADILSON HERRERO	856.973.628-20	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

AILTON CARLOS CANETTE	287.580.728-53	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA Membro suplente do Conselho de Administração	269.855.436-34 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Diretor e Membro suplente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA Membro suplente do Conselho de Administração	269.855.436-34 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A. Diretor e Membro suplente do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
CARLOS DOS SANTOS Membro suplente do Conselho de Administração	221.432.897-15 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro suplente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
CARLOS DOS SANTOS Membro suplente do Conselho de Administração	221.432.897-15 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro suplente do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER Presidente do Conselho de Administração	128.492.178-67 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER Presidente do Conselho de Administração	128.492.178-67 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A. Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER	128.492.178-67	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.	02.809.488/0001-28		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
CLAUDEMIR ZERBINATTI	940.089.818-53	Controle	Controlador Direto
Membro suplente Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
FÁBIO ALBERTO AMOROSINO	073.874.508-11	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO ALFA S.A.	03.323.840/0001-83		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
JUSCELINO SILVIO FLORIDO	018.696.908-26	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação Não há.			
Administrador do Emissor			
JUSCELINO SILVIO FLORIDO Membro suplente do Conselho Fiscal	018.696.908-26 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação Não há.			
Administrador do Emissor			
LUIZ ALVES PAES DE BARROS Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro efetivo do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A		Brasileiro(a) - Brasil
Observação Não há.			
Administrador do Emissor			
LUIZ ALVES PAES DE BARROS Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A		Brasileiro(a) - Brasil

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NELSON MARCELINO	279.391.708-72	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NELSON MARCELINO	279.391.708-72	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
PAULO CAIO FERRAZ DE SAMPAIO	694.546.208-00	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
PAULO CAIO FERRAZ DE SAMPAIO Membro efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
RUBEM CLÓVIS ROCHA CECCHINI Membro suplente Conselho de Administração	013.078.798-10 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Membro suplente Conselho de Administração	17.193.806/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
RUBEM CLÓVIS ROCHA CECCHINI Membro suplente Conselho de Administração	013.078.798-10 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ALFA HOLDINGS S/A. Membro suplente Conselho de Administração	17.167.396/0001-69 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
VALTER DOS SANTOS	805.308.778-72	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
VALTER DOS SANTOS	805.308.778-72	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ALFA HOLDINGS S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não há.			

7.7 Acordos/seguros de administradores

Não existem disposição ou acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

7.8 Outras informações relevantes

Não há informações adicionais relevantes a serem fornecidas.

8.1 Política ou prática de remuneração

Remuneração dos Administradores

a) Objetivos da política ou prática da remuneração.

A política de remuneração dos Administradores, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 28.01.2022, tem por objetivo remunerá-los adequadamente em suas funções, visando à obtenção de resultados consistentes de curto, médio e longo prazo, com solidez e rentabilidade, de forma a proteger o investimento dos acionistas e propiciar-lhes retorno adequado ao perfil de negócios das Instituições.

b) i. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

Os órgãos do emissor que participam do processo decisório em questão são o Comitê de Remuneração e o Conselho de Administração.

O Comitê de Remuneração elabora a proposta da verba máxima mensal para pagamento dos administradores do emissor, que é levada à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Após a verba ser devidamente aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração a distribui entre seus membros e os membros da Diretoria.

b) ii. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A análise individual dos Conselheiros de Administração (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores.

Para a determinação da remuneração fixa individual dos Diretores são levadas em consideração as responsabilidades de cada um deles e as práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional. Na fixação da remuneração variável são levados em consideração: (i) a adequada gestão dos riscos correntes e potenciais do Conglomerado ao qual pertence o emissor, de forma a manter os níveis estabelecidos de exposição ao risco e as estratégias de negócio de curto, médio e longo prazo; (ii) o resultado geral do Conglomerado, em particular a meta de lucro recorrente e realizado e de ROE; (iii) o ambiente econômico em que o Conglomerado está inserido e suas tendências; e (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez.

b) iii. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria,

8.1 Política ou prática de remuneração

indicando com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor, por meio da análise do Relatório Anual de Atividades do Comitê de Remuneração do Conglomerado Financeiro Alfa, e da revisão anual da “Política de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Financeiro Alfa” proposta pelo Comitê de Remuneração.

c) i. composição da remuneração, indicando os diversos elementos que compõem a remuneração.

Até 2021, a remuneração total anual dos Administradores, incluindo Conselheiros de Administração e Diretores, era composta exclusivamente por honorários fixos, pagos em 13 parcelas, sendo 12 mensais e uma anual complementar, expressa como múltiplo das mesmas parcelas mensais, conforme a seguir: (i) 12 parcelas mensais, de valor certo e determinado, compatível com as responsabilidades diárias e rotineiras dos Administradores, que o Conselho de Administração (ou a Diretoria) considere justo e adequado, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias, e (ii) uma parcela anual complementar, também de valor certo e determinado, de valor equivalente a um múltiplo da parcela mensal de remuneração, a ser paga até o último dia útil do mês de maio de cada ano.

O Conselho de Administração deveria deliberar sobre o valor da parcela anual, definindo o múltiplo que a determinará. Esta parcela representaria até 50% da remuneração total anual.

O Comitê de Remuneração, atento a oportunidades de ajustes na política, de forma a permitir uma melhor adequação dos níveis de remuneração ao desempenho individual de cada administrador, elaborou em 2021, e implantou em 2022, a proposta de modificação da Política de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Financeiro Alfa, passando a remuneração dos Diretores a ser composta de: (i) uma parcela fixa, representada por salários, honorários, comissões e “pro-labore”; e (ii) uma parcela variável, constituída por bônus e participação nos lucros e resultados, e outros incentivos associados ao desempenho, considerando os critérios previstos na política de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Financeiro Alfa, cujos pagamentos poderão ser efetuados em espécie e/ou instrumentos baseados em ações de uma ou mais das Instituições integrantes do Conglomerado, sem qualquer alteração no modelo de remuneração dos membros do Conselho de Administração.

A remuneração variável acima citada, é paga da seguinte forma: (i) pelo menos 40% (quarenta por cento) de forma diferida, em instrumentos baseados em ações, de acordo com a Política de Remuneração, observado que o período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do Diretor; e (ii) a parcela remanescente em espécie ou em uma combinação de valores em espécie e em instrumentos baseados em ações.

Pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração variável é pago em instrumentos baseados em ações, representados por um direito de crédito líquidável imediatamente, em espécie, no valor correspondente ao percentual da remuneração variável definido para tal parcela, atualizado durante o período compreendido entre a outorga e cada pagamento de acordo com (a) a variação do Patrimônio Líquido do

8.1 Política ou prática de remuneração

Conglomerado Prudencial Alfa, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, e (b) das ações das Instituições de capital aberto do Conglomerado, nas proporções e na forma previstas na Política de Remuneração, de forma compatível com a criação de valor a longo prazo e com o horizonte de tempo do risco, nos termos da legislação aplicável.

O Comitê de Remuneração, órgão estatutário, instalado em 2012, propõe ao Conselho de Administração a verba global para remuneração dos administradores a ser submetida à Assembleia Geral da Sociedade.

Em 2022, foi introduzida nova alteração na Política de Remuneração, para possibilitar o pagamento de Remuneração Variável Especial de Longo Prazo a alguns administradores, a critério do Conselho de Administração, com fins de retenção durante o período de possível modificação de controle acionário, por meio da qual o Conselho de Administração ou a Diretoria da Instituição, quando não houver Conselho, determinará os elegíveis ao recebimento desta Remuneração, que consiste no pagamento de 18 honorários/salários mensais do elegível na data do deferimento. O referido valor será pago em parcela única após 36 meses de sua outorga, corrigido pela variação de preço das ações listadas em bolsa com peso de 5% e pela variação patrimonial do Conglomerado Financeiro Alfa com peso de 95%.

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A estruturação da remuneração dos Conselheiros de Administração do emissor, privilegiando a remuneração fixa, é a que melhor se identifica com a filosofia e se adequa aos interesses do emissor e de seus acionistas. Não estimula a tomada de potenciais riscos em operações que prejudiquem a qualidade dos ativos do emissor, que teria efeitos prejudiciais no longo prazo, e potencializa o espírito de equipe. Já a estrutura da remuneração da Diretoria, composta de remuneração fixa e variável, se alinha aos interesses do emissor e de seus acionistas na medida em que estimula os Diretores a obterem resultados consistentes de curto, médio e longo prazo, com solidez e rentabilidade, de forma a proteger o investimento dos acionistas e propiciar-lhes retorno adequado ao perfil de negócios das Instituições.

Verifica-se que as estruturas de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria acabam por se complementar e equilibrar a tomada de decisões, de modo que riscos desnecessários não sejam assumidos pelas Instituições do Conglomerado Financeiro.

- sua proporção na remuneração total dos 3 últimos exercícios sociais

A remuneração dos Conselheiros de Administração é composta somente por honorários fixos, pagos em parcelas determinadas pelo Conselho de Administração, com base em verba global máxima aprovada prévia e anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, sem parcela variável.

Já a remuneração dos Diretores é dividida em remuneração fixa e variável, conforme citado no item acima, sendo:

8.1 Política ou prática de remuneração

- Remuneração fixa: a parcela fixa da remuneração dividida em 12 parcelas mensais, de valor certo e determinado pelo Conselho de Administração após a aprovação da verba global pela Assembleia Geral Ordinária, e terá por base as responsabilidades de cada Diretor e as práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional; e
- Remuneração variável: a remuneração variável do Diretor leva em conta, quanto ao montante global e à alocação individual, no mínimo, os seguintes fatores:

- (i) A adequada gestão dos riscos correntes e potenciais do Conglomerado, de forma a manter os níveis estabelecidos de exposição ao risco e as estratégias de negócio de curto, médio e longo prazo;
- (ii) O resultado geral do Conglomerado, em particular a meta de lucro recorrente e realizado e de ROE;
- (iii) O ambiente econômico em que o Conglomerado está inserido e suas tendências; e
- (iv) As bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez.

A proporção de cada elemento da remuneração variável será considerada conforme quadro abaixo:

Indicadores	Pesos Diretor Presidente	Pesos Diretores
ROE	80%	40%
Metas individuais que compõem o contrato de metas individuais	0%	40%
Avaliação de Competências (comportamental)	20%	20%

A remuneração variável dos Diretores das áreas de controle interno e de gestão de riscos será adequada para atrair profissionais qualificados e experientes, sendo determinada independentemente do desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse. As medidas do desempenho desses Diretores serão baseadas na realização dos objetivos de suas próprias funções e não no desempenho das unidades de negócio por eles controladas ou avaliadas.

A remuneração mensal dos membros efetivos do Conselho Fiscal é composta em 100% por honorários, e vem sendo aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária no valor equivalente ao mínimo estipulado em lei. Quanto aos membros suplentes do Conselho Fiscal, sua remuneração também é de 100% a título de honorários, porém em valor fixo explicitado e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, paga semestralmente, é composta em 100% por honorários fixos, em valor aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

8.1 Política ou prática de remuneração

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral Ordinária apenas a verba global máxima para o pagamento: (i) da remuneração fixa dos Conselheiros de Administração, em 13 (treze) parcelas, conforme definido no item b)i; e (ii) remuneração fixa e variável dos Diretores, conforme definido no item b)i. Além desta verba, o Conselho de Administração propõe ainda à Assembleia Geral Ordinária valores (ou critérios para sua apuração) e periodicidade de pagamento de honorários a serem pagos aos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Na elaboração de tais propostas, o Conselho de Administração deve procurar um valor compatível com vários aspectos a serem considerados, entre os quais:

- (i) o porte e a situação econômico-financeira das Instituições integrantes do Conglomerado, bem como com os fundamentos que nortearam a série de verbas anuais aprovadas anteriormente pela Assembleia Geral;
- (ii) aspectos da Administração como um todo, como a percepção de empenho, a dedicação e competência no desempenho conjunto dos Administradores, e as remunerações a Administradores praticadas por Instituições Financeiras concorrentes, de porte e filosofia semelhantes;
- (iii) os lucros apurados pelo Conglomerado no exercício anterior, e a tendência para os negócios e resultados nos exercícios subsequentes;
- (iv) a variação do Patrimônio Líquido final consolidado do exercício, após impostos e dividendos/JCP, comparada com o IPCA no mesmo período, refletindo dessa forma o desempenho positivo do conjunto das Instituições do Conglomerado;
- (v) a variação do valor das ações emitidas pelas Instituições de aberto; e
- (vi) fatos excepcionais, positivos ou negativos, com consequências de curto ou longo prazo, também poderão ser considerados nesta proposta.

- Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A análise individual dos Conselheiros de Administração (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos referidos Conselheiros e nas perspectivas da Sociedade.

Em relação aos Diretores, para fixação da remuneração fixa é levada em consideração a responsabilidade de cada Diretor e as práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional. Já para a fixação da remuneração variável dos Diretores é levada em consideração a combinação dos seguintes fatores: (i) desempenho individual do Diretor; (ii) desempenho da área/negócio; (iii) desempenho do Conglomerado; e (iv) a relação entre os desempenhos mencionados e os riscos assumidos pelo Diretor.

8.1 Política ou prática de remuneração

Desde 2013, o Conselho de Administração tem analisado a verba para a remuneração dos Administradores, a partir da proposta elaborada pelo Comitê de Remuneração.

c) ii. Razões que justificam a composição da remuneração.

A mudança na Política de Remuneração dos Diretores, que passa a ser composta por remuneração fixa e remuneração variável, tem como objetivo estimulá-los na obtenção de resultados consistentes de curto, médio e longo prazo, com solidez e rentabilidade, de forma a proteger o investimento dos acionistas e propiciar-lhes retorno adequado ao perfil de negócios das Instituições.

A nova composição da remuneração dos Diretores também se justifica por estar alinhada às práticas atuais de mercado, visando, também, à retenção dos executivos.

c) iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não existem Administradores não remunerados pelo emissor.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Sociedade é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, assim reconhecida e supervisionada pelo Banco Central do Brasil. A maioria dos Administradores da Sociedade somente recebe sua remuneração de instituições integrantes de seu Conglomerado, de acordo com o exercício de cargos para os quais foram nelas eleitos. Alguns poucos Administradores exercem igualmente cargos em outras empresas sob o mesmo controle acionário, embora não integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, e nestes casos também recebem remuneração destas outras empresas.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	5	8	16,00
Nº de membros remunerados	3	5	8	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.475.190,65	6.714.410,98	661.087,87	11.850.689,50
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.006.917,90	1.510.742,47	148.744,77	2.666.405,14
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$1.006.917,90 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$4.475.190,65.	O valor de R\$1.510.742,47 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$6.714.410,98.	O valor de R\$148.744,77 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$661.087,87.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.284.191,05	0,00	4.284.191,05
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	963.942,99	0,00	963.942,99
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	O valor de R\$963.942,99 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$4.284.191,05.	n/a	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)				
Observação				
Total da remuneração	5.482.108,55	13.473.287,49	809.832,64	19.765.228,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	5	8	16,00
Nº de membros remunerados	3	5	8	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.128.796,17	6.324.112,00	614.086,46	11.066.994,63
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	928.979,14	1.422.925,20	138.169,45	2.490.073,79
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$928.979,14 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R \$4.128.796,17.	O valor de R\$1.422.925,20 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$6.324.112,00.	O valor de R\$138.169,45 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$614.086,46.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.845.176,25	0,00	1.845.176,25
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	415.164,66	0,00	415.164,66
Descrição de outras remunerações variáveis		O valor de R\$415.164,66 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R \$1.845.176,25.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	5.057.775,31	10.007.378,11	752.255,91	15.817.409,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	5	8	16,00
Nº de membros remunerados	3	5	8	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.749.229,00	6.682.252,00	716.061,00	11.147.542,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	843.576,00	1.503.506,00	161.112,00	2.508.194,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$843.576,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R \$3.749.229,00.	O valor de R\$1.503.506,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$6.682.252,00.	O valor de R\$161.112,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$716.061,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.592.805,00	8.185.758,00	877.173,00	13.655.736,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	5	8	16,00
Nº de membros remunerados	3	5	8	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.400.166,00	6.667.464,00	660.118,00	10.727.748,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	765.037,00	1.500.179,00	148.527,00	2.413.743,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$765.037,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R \$3.400.166,00.	O valor de R\$1.500.179,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$6.667.464,00.	O valor de R\$148.527,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$660.118,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.165.203,00	8.167.643,00	808.645,00	13.141.491,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5		5,00
Nº de membros remunerados		5		5,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		4.227.049,65		4.227.049,65
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		3.019.321,18		3.019.321,18
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		3.149.374,68		3.149.374,68

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não há plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não existe outorga de opções de compra de ações.

8.7 Opções em aberto

Não existem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária ao final do último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não há opções exercidas nem ações entregues.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não há informações para este item, visto que inexistem informações para os itens 8.4 e 8.5.

8.10 Outorga de ações

Não há outorga de ações.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve entrega de ações, pois não há remuneração baseada na entrega de ações.

8.12 Precificação das ações/opções

Nada a indicar, já que não foram divulgados dados nos itens 8.5 a 8.11

8.13 Participações detidas por órgão

Quantidade de Ações de emissão da Sociedade, seus controladores diretos ou indiretos, sociedade controladas ou sob controle comum, detidas pela Administração em 31.12.2022.

Órgão	FASA	BAI	CAA	AHO
Conselho de Administração	16.969.623	11.209.897	17.830.478	14.182.818
Diretoria	100	100	10	10
Conselho Fiscal	5.150	5.150	5.100	5.100

Emissores:	BAI -	Banco Alfa de Investimento S.A.
	FASA -	Financeira Alfa S.A – CFI
	CAA -	Consórcio Alfa de Administração S.A.
	AHO -	Alfa Holdings S.A.

8.14 Planos de previdência

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	5	5	5	3	3	3	8	8	8
Nº de membros remunerados	5	5	5	3	3	3	8	8	8
Valor da maior remuneraçãoReal	4.583.161,80	3.830.400,00	2.821.144,00	2.594.480,00	2.356.800,00	1.508.000,00	157.247,04	183.822,00	165.029,00
Valor da menor remuneraçãoReal	690.743,73	360.000,00	457.500,00	674.316,17	612.429,00	149.620,00	142.345,34	164.594,00	53.228,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.930.892,90	1.572.294,00	1.427.722,00	1.376.265,39	1.249.743,00	1.133.389,00	153.521,62	183.739,00	165.029,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	Não há.
31/12/2020	Não há.

Conselho de Administração	
31/12/2021	Não há.
31/12/2020	Não há.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	O Conselho Fiscal é composto por 4 membros efetivos e 4 membros suplentes.
31/12/2021	O Conselho Fiscal é composto por 4 membros efetivos e 4 membros suplentes.
31/12/2020	O Conselho Fiscal é composto por 4 membros efetivos e 4 membros suplentes.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não há remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição de cargo, ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Partes Relacionadas

Conselho de Administração – As porcentagens da remuneração total referente a partes relacionadas nos exercícios de 2020, 2021 e 2022 são respectivamente: 100%, 100% e 100%.

Conselho Fiscal - As porcentagens da remuneração total referente a partes relacionadas nos exercícios de 2020, 2021 e 2022 são respectivamente: 70,88%, 73% e 74,60%.

Diretoria – Não há remuneração referente a partes relacionadas na Diretoria.

8.18 Remuneração - Outras funções

Serviços de consultoria e assessoria:

Nos exercícios de 2020, 2021 e 2022 não houve pagamento aos membros do Conselho de Administração a título de serviços de assessoria.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Remunerações recebidas de outras sociedades sob controle comum

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2020

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. de Serviços/ Outros
Conselho de Administração				
Empresas sob controle comum	2.311.077			
Empresas controladoras	3.215.582			
Total	5.526.659			
Diretoria				
Empresas sob controle comum	8.139.152	110.700		
Empresas controladoras	824.000			
Total	8.963.152	110.700		
Conselho Fiscal				
Empresas sob controle comum	371.922			
Empresas controladoras	457.300			
Total	829.222			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2021

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. de Serviços/ Outros
Conselho de Administração				
Empresas sob controle comum	1.493.584			
Empresas controladoras	3.136.428			
Total	4.630.012			
Diretoria				
Empresas sob controle comum	7.332.000	150.800		109.000
Empresas controladoras				
Total	7.332.000	150.800		109.000
Conselho Fiscal				
Empresas sob controle comum	382.900			
Empresas controladoras	396.016			
Total	778.916			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2022

Órgão	Honorários	Part. lucros*	Salários	Prest. de Serviços/ Outros
Conselho de Administração				
Empresas sob controle comum	1.646.283,30			
Empresas controladoras	3.460.122,00			
Total	5.106.405,30			
Diretoria				
Empresas sob controle comum	4.803.040,00	2.716.526,89		138.053,95
Empresas controladas	840.000,00	632.260,80		

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Empresas controladoras				
Total	5.643.040,00	3.348.787,69		138.053,95
<u>Conselho Fiscal</u>				
Empresas sob controle comum	326.408,00			
Empresas controladoras	387.905,00			
Total	714.313,00			

*considera valores pagos no ano de 2022, bem como valores outorgados a serem realizados em exercícios futuros.

8.20 Outras informações relevantes

Não há informações adicionais que o Emissor julgue relevantes além das já descritas.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189			
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ		
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29		
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço			
01/01/2001	01/01/2001			
Descrição dos serviços prestados				
Exame da auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para os semestres e exercícios encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2022, e das informações trimestrais elaboradas em 31 de março e 30 de setembro de 2022.				
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social				
Em 2022 foram pagos R\$ 288.464 (R\$ 365.485,00 consolidado) a título de auditoria independente.				
Justificativa da substituição				
Não houve substituição do auditor no período mencionado.				
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa				
Não houve substituição do auditor no período mencionado.				

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Não há informações complementares a serem fornecidas.

9.4 Outras informações relevantes

Não há informações complementares a serem fornecidas.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	47	44	0	0	0
Não-liderança	466	245	0	0	0
TOTAL = 802	513	289	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	1	82	2	6	0	0	0
Não-liderança	3	505	33	170	0	0	0
TOTAL = 802	4	587	35	176	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	16	66	9
Não-liderança	223	468	20
TOTAL = 802	239	534	29

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	2	4	77	8	0
Não-liderança	0	40	90	500	81	0
TOTAL = 802	0	42	94	577	89	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	28	14	0	0	0
Centro-Oeste	74	20	0	0	0
Sudeste	351	226	0	0	0
Sul	60	29	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 802	513	289	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	29	4	9	0	0	0
Centro-Oeste	0	71	3	20	0	0	0
Sudeste	4	411	27	135	0	0	0
Sul	0	76	1	12	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 802	4	587	35	176	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	5	36	1
Centro-Oeste	16	75	3
Sudeste	201	352	24
Sul	17	71	1
Exterior	0	0	0
TOTAL = 802	239	534	29

10.1 Descrição dos recursos humanos

2022

São 802 empregados, assim distribuídos: 2 Advogados, 135 Analistas, 88 Assistentes, 30 Auxiliares Administrativos, 2 Especialistas, 103 Gerentes, 12 Coordenadores, 26 Gerente Geral, 362 Operadores, 07 Superintendentes e 35 demais cargos.

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: Minas Gerais (27), Rio de Janeiro (35), Paraná (56), Brasília (58), Bahia (15), Mato Grosso do Sul (8), Rio Grande do Sul (18), Goiás (28), Pernambuco (27), Santa Catarina (15), Espírito Santo (11) e São Paulo (504).

- i. identidade autodeclarada de gênero: 513 Mulheres, 289 Homens
- ii. identidade autodeclarada de cor ou raça: 4 Amarelos, 587 Brancos, 176 Pardos, 35 Pretos
- iii. faixa etária: De 16 a 25 anos (81), De 25 a 35 anos (334), De 35 a 45 anos (304), De 45 a 55 anos (68), Maior que 55 anos (15)

O Emissor não possui terceirizados.

O índice de rotatividade: 27,0%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas

O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação vigente, procurando manter-se atualizado. Agindo proativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido as medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas futuras. Quando detectadas, essas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e, quando há probabilidade de perda, é provisionada.

2021

São 885 empregados, assim distribuídos: 2 Advogados, 97 Analistas, 47 Assistentes, 14 Auxiliares Administrativos, 01 Auditor, 112 Gerentes, 28 Gerente Geral, 405 Operadores, 04 Superintendentes e 175 demais cargos.

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: Minas Gerais (28), Rio de Janeiro (45), Paraná (72), Brasília (78), Bahia (18), Mato Grosso do Sul (12), Rio Grande do Sul (20), Goiás (26), Pernambuco (29), Santa Catarina (15), Espírito Santo (15) e São Paulo (527).

- iv. identidade autodeclarada de gênero: 580 Mulheres, 305 Homens

10.1 Descrição dos recursos humanos

- v. identidade autodeclarada de cor ou raça: 4 Amarelos, 677 Brancos, 169 Pardos, 35 Pretos
- vi. faixa etária: De 16 a 25 anos (167), De 25 a 35 anos (352), De 35 a 45 anos (282), De 45 a 55 anos (67), Maior que 55 anos (17)

O Emissor não possui terceirizados.

O índice de rotatividade: 26,2%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas

O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação vigente, procurando manter-se atualizado. Agindo proativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido as medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas futuras. Quando detectadas, essas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e, quando há probabilidade de perda, é provisionada.

2020

São 823 empregados, assim distribuídos: 5 Advogados, 90 Analistas, 45 Assistentes, 62 Auxiliares Administrativos, 01 Auditor, 110 Gerentes, 27 Gerente Geral, 416 Operadores, 03 Superintendentes e 64 demais cargos.

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: Minas Gerais (25), Rio de Janeiro (44), Paraná (75), Brasília (84), Bahia (18), Mato Grosso do Sul (11), Rio Grande do Sul (19), Goiás (28), Pernambuco (30), Santa Catarina (16), Espírito Santo (13) e São Paulo (460).

- i. identidade autodeclarada de gênero: 556 Mulheres, 267 Homens
- ii. identidade autodeclarada de cor ou raça: 6 Amarelos, 641 Brancos, 158 Pardos, 18 Pretos
- iii. faixa etária: De 16 a 25 anos (86), De 25 a 35 anos (386), De 35 a 45 anos (274), De 45 a 55 anos (59), Maior que 55 anos (18)

O Emissor não possui terceirizados.

O índice de rotatividade: 17,94%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas

O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação vigente, procurando manter-se atualizado. Agindo proativamente, extrai dos litígios aos

10.1 Descrição dos recursos humanos

quais é submetido as medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas futuras. Quando detectadas, essas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e, quando há probabilidade de perda, é provisionada.

10.2 Alterações relevantes

Não ocorreram alterações relevantes nos números mencionados no item 10.1.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

A remuneração fixa é aquela definida por contrato e representada pelo salário base de uma pessoa. É o que se paga para um determinado cargo na estrutura organizacional, levando em consideração requisitos para a ocupação dos cargos. Na remuneração variável o funcionário elegível é remunerado em função do cumprimento de metas estabelecidas preliminarmente pela alta direção do emissor, alcançadas de forma integral ou parcial pelos envolvidos, respeitando-se um limite mínimo estabelecido nos planos de Remuneração Variável existentes para cada área/segmento de negócio, com definições claras e objetivas dos critérios a serem seguidos/observados.

O emissor possui a seguinte política de benefícios:

Plano de Saúde

Este é um benefício que visa proporcionar aos funcionários e dependentes assistência médica através de uma apólice de seguro saúde que possibilita todo atendimento médico de consultas, exames e internações, sem carência e sem limite de utilização.

Empresa Cidadã

Adesão ao Programa Empresa Cidadã que possibilita a extensão do período de licença maternidade por mais 60 dias, para as funcionárias que manifestarem interesse dentro do prazo e condições estabelecidas.

Vale Refeição/Alimentação

Benefícios oferecidos aos funcionários de acordo com o que determina a Convenção Coletiva da categoria a que pertencem.

Treinamento: Cursos de pequena duração voltados para a área de atuação do colaborador.

Curso Especial: Reembolso parcial para qualquer curso que venha complementar o currículo profissional na área em que o funcionário atue.

Bolsas de Estudo para Funcionários: Esse é um benefício que visa proporcionar aos funcionários uma ajuda no pagamento de seus estudos superiores (Pós Graduação e MBA).

Assistência Social: Doações em casos de necessidades graves, que tornem improvável que o funcionário possa pagar as despesas (doenças graves, desastres, etc).

Lazer Cultural: Premiação de funcionários com destaque. Ingressos de teatros, shows, circos, museus, zoológicos, espetáculos e cinemas.

Lazer Esportivo: Subsídio para atividades esportivas de funcionários: aluguel de quadras e uniformes esportivos, passeios a parques, campeonatos internos, etc.

Outros: Convênios com faculdades, escolas de idiomas, lazer, cinemas, consultórios de odontologia, ópticas, restaurantes e farmácias.

Não há plano de remuneração baseado em ações.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A relação que o emissor possui com os sindicatos se desenvolve no contexto de cordialidade e respeito, não havendo nenhum fato relevante que mereça destaque.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes de Recursos Humanos além das anteriormente descritas.

11.1 Regras, políticas e práticas

Conforme Resolução CMN no. 4.693 de 29/10/2018, é permitida a concessão de empréstimos a partes relacionadas, porém a Política de Operações com Partes Relacionadas do Alfa estabelece que apenas as operações de cessão de crédito (na ponta sacado ou cedente) são efetivadas, nos moldes abaixo:

A presente Política para Transação com Partes Relacionadas tem por objetivo estabelecer regras a serem observadas pelo Conglomerado Alfa quando da ocorrência de transações entre Partes Relacionadas, conforme determina a Resolução BACEN nº 4.693 de 29 de outubro de 2018, assegurando a igualdade, conformidade e transparência, de forma a garantir aos acionistas, investidores e ao mercado em geral, que o Alfa está alinhado com as melhores práticas de Governança Corporativa

São consideradas partes relacionadas do Alfa, para fins desta Política:

I - seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

II - seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;

III - o cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, das pessoas naturais mencionadas nos incisos I e II;

IV - as pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital; e

V - as pessoas jurídicas:

a) com participação societária qualificada em seu capital;

b) em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;

c) nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

d) que possuírem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

Para fins do disposto na Resolução, considera-se qualificada a participação, direta ou indireta, detida por pessoas naturais ou jurídicas no capital das instituições financeiras ou sociedades de arrendamento mercantil ou dessas instituições no capital de pessoas jurídicas, equivalente a 15% (quinze por cento) ou mais das respectivas ações ou quotas representativas.

A somatória dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em instituições financeiras no exterior, observado o limite máximo individual de 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Por determinação da Administração serão permitidas as seguintes operações:

I – Operações de compra de ativos de terceiros onde a empresa do grupo (parte relacionada) seja a devedora/responsável, com prazo máximo de 12 meses;

II – Operações de compra de ativos de empresa do grupo (parte relacionada), onde ela seja a cedente. Neste caso as operações não serão consideradas dentro dos limites estabelecidos no item 5, se forem operações sem coobrigação de parte relacionada.

11.1 Regras, políticas e práticas

Obs.: As operações de compra e venda de ativos onde o sacado e a cedente sejam empresas do grupo (partes relacionadas) deverão ter a aprovação da Presidência Executiva do Conglomerado Financeiro Alfa.

OPERAÇÕES PARA PESSOAS FÍSICAS VINCULADAS AO CONGLOMERADO ALFA

São vedadas as concessões de empréstimos pelas empresas do Conglomerado Alfa:

I - A seus diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e empresas participadas; e

II - Aos parentes, até o 2º grau, das pessoas a que se refere o inciso anterior, bem como as empresas participadas.

Esta política foi aprovada pelo Conselho de Administração nos termos do art.9º, Parágrafo único da Resolução 4.693/18 do Banco Central do Brasil.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO ALFA S.A.	31/12/2022	13.190.757,82	13.190.757,82	13.190.757,82	Não há.	
Relação com o emissor	Empresa controlada					
Objeto contrato	Depósito em conta corrente					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Impossibilidade de saque					
Natureza e razão para a operação	Não há informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Credor					
BANCO ALFA S.A.	31/12/2022	1.679.237,21	1.679.237,21	1.679.237,21	Ativos adquiridos em 19/12/2014, com taxa de juros entre 19,66% a 23,03% e vencimento em 18/11/2024	
Relação com o emissor	Empresa controlada					
Objeto contrato	Aquisição de direitos creditórios					
Garantia e seguros	Créditos com coobrigação					
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor					
Natureza e razão para a operação	Não há informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ADMINISTRADORA FORTALEZA LTDA.	31/12/2022	166,20	166,20	166,20	Pagamento efetuado em 0 15/03/2023	
Relação com o emissor		Empresa Controladora				
Objeto contrato		Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio				
Garantia e seguros		Não há.				
Rescisão ou extinção		Não pagamento do valor				
Natureza e razão para a operação		Não há informações relevantes.				
Posição contratual do emissor		Devedor				
ALFA HOLDINGS S/A.	31/12/2022	2.271,85	2.271,85	2.271,85	Pagamento efetuado em 0 15/03/2023	
Relação com o emissor		Empresa ligada				
Objeto contrato		Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio				
Garantia e seguros		Não há.				
Rescisão ou extinção		Não pagamento do valor				
Natureza e razão para a operação		Não há informações relevantes.				
Posição contratual do emissor		Devedor				
CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.	31/12/2022	2.190,46	2.190,46	2.190,46	Pagamento efetuado em 0 15/03/2023	

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Empresa ligada					
Objeto contrato	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor					
Natureza e razão para a operação	Não há informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.	31/12/2022	1.852.852,91	1.852.852,91	1.852.852,91	Pagamento efetuado em 0 15/03/2023	
Relação com o emissor	Empresa ligada					
Objeto contrato	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor					
Natureza e razão para a operação	Não há informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
ALASKA POLAND FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	31/12/2022	3.192.512,85	3.192.512,85	3.192.512,85	Pagamento efetuado em 0 15/03/2023	
Relação com o emissor	Acionista					
Objeto contrato	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor					
Natureza e razão para a operação	Não há informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco Alfa de Investimento S.A.	31/12/2022	420.758,60	420.758,60	420.758,60	Mensal	
Relação com o emissor	Empresa ligada					
Objeto contrato	Ressarcimento de custos					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor					
Natureza e razão para a operação	Não há informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco Alfa de Investimento S.A.	31/12/2022	9.638.425.008,76	9.638.425.008,76	9.638.425.008,76	Captações de recursos efetuadas entre 21/10/2019 e 09/02/2022, indexadas entre 100% a 106,5% do CDI, com vencimento até 26/02/2031.	0
Relação com o emissor	Empresa ligada					
Objeto contrato	Captações de recursos					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Vencimento da operação					
Natureza e razão para a operação	Não há informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco Alfa de Investimento S.A.	31/12/2022	4.316.764.422,28	4.316.764.422,28	4.316.764.422,28	Aplicações de recursos efetuadas entre 29/12/2022 e 31/12/2022, indexadas com base na taxa do CDI de 100%, com vencimento em 31/01/2023.	0
Relação com o emissor	Empresa ligada					
Objeto contrato	Aplicação de recursos					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Vencimento da operação					
Natureza e razão para a operação	Não há informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Credor					
BANCO ALFA S.A.	31/12/2022	273.150,15	273.150,15	273.150,15	Mensal	0
Relação com o emissor	Empresa controlada					
Objeto contrato	Ressarcimento de custos					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção		Não pagamento do valor				
Natureza e razão para a operação		Não há informações relevantes.				
Posição contratual do emissor		Devedor				

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Conforme mencionado no tópico 11.1, em linha com a Resolução BACEN 4.693 é permitida a concessão de empréstimos a partes relacionadas, porém a Política de Operações com Partes Relacionadas do Alfa estabelece que apenas as operações de cessão de crédito (na ponta sacado ou cedente) são efetivadas, e são vedadas a concessão de empréstimos pelas empresas do Conglomerado Alfa a seus diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e empresas participadas; e aos parentes, até o 2º grau, das pessoas a que se refere o inciso anterior, bem como as empresas participadas.

A Gerência Geral de Administração de Crédito faz acompanhamento mensal do saldo das operações para evitar extrapolação das regras determinadas.

As operações realizadas são feitas sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas às partes relacionadas além das já prestadas nos itens 11.1 e 11.2.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
30/03/2023		529.540.000,00
58.736.269	44.206.287	102.942.556

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, o Emissor é uma empresa Nacional, sem classe de ação emitida em outros países.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve emissão de outros valores mobiliários.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Como mencionado no item 12.3 não houve emissão de outros valores mobiliários.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações do Emissor são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os empréstimos contraídos no exterior pelo Emissor não são de valores relevantes.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

O Emissor não fez ofertas públicas de valores mobiliários de sua emissão nos anos 2020, 2021 e 2022.

12.9 Outras informações relevantes

O aumento de capital ocorrido em 30/03/2023 foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 30/05/2023.

Não há informações complementares relevantes.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

FÁBIO ALBERTO AMOROSINO

Cargo do responsável

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

São Paulo, 31 de maio de 2023.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2022;
- b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;
- c) As informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos

Fabio Alberto Amorosino

Diretor Presidente

(original assinado)

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

São Paulo, 31 de maio de 2023.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2022;
- b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;
- c) As informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos

Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores
(original assinado)

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

As declarações do diretor presidente e do diretor com relações com investidores, foram entregues nos itens 13.1 e 13.2, respectivamente.